

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Ciências Sociais

Shariza Oliveira Lucas

Estabilidade política na América do Sul: os casos comparados de Argentina e Uruguai no período pós-ditadura (1995-2007).

Porto Alegre

2014

Shariza Oliveira Lucas

Estabilidade política na América do Sul: os casos comparados de Argentina e Uruguai no período pós-ditadura (1995-2007).

Trabalho de conclusão de curso; objetivo de obtenção do título de bacharela em Ciências Sociais; UFRGS; Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González

Porto Alegre

2014

CIP - Catalogação na Publicação

Oliveira, Shariza

Estabilidade política na América do Sul: os casos comparados de Argentina e Uruguai no período pós-ditadura (1995-2007). / Shariza Oliveira. -- 2014.
60 f.

Orientador: Rodrigo Stumpf González.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Estabilidade Política. 2. Cultura Política. 3. Pós-ditadura. 4. Argentina. 5. Uruguai. I. Stumpf González, Rodrigo, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, aos Orixás e aos Guardiões, pois acredito em forças superiores que nos guiam e iluminam nesse mundo. À minha mãe, que além de ter me dado a vida, nunca me deixou faltar nada. Ensinou-me que se queremos alguma coisa, é preciso muito esforço, dedicação e disciplina. Que a educação abre muitas portas, que ser otimista é importante e que nem sempre a vida é do jeito que esperamos que ela seja, por isso, a paciência é uma virtude.

Agradeço aos mestres que tive durante a graduação. Todos eles contribuíram de alguma forma para a minha formação, mas alguns marcaram essa trajetória de maneira especial: professores Catafesto, Sobarzo, Miranda, Gertz, além da querida professora Sílvia Copé. Agradeço ao meu orientador, Rodrigo González, que além de ter despertado em mim o interesse pelo assunto deste trabalho, foi durante todo o tempo em que tivemos contato extremamente prestativo, competente e paciente, é difícil encontrar professores de tamanha importância tão acessíveis como ele. Agradeço também à professora Maria Lúcia Mortiz, que me orientou no projeto de TCC, sendo sua contribuição crucial para o término deste trabalho em tempo hábil.

Agradeço aos amigos, Adri, Sininho e Fabiano, que ainda em tempos de cursinho nunca me deixaram desistir de conseguir a sonhada vaga na UFRGS, sendo essa a primeira vitória. Às amigas da vida, Carol Lopes, Nessa, Beta e ao meu amigo irmão Xuxu, que estiveram ao meu lado todo esse tempo. Agradeço aos colegas de trabalho, que sabem o quão difícil é ter uma jornada integral, e mesmo assim, nunca deixaram de me estimular, apoiar e incentivar a terminar o curso, muitas vezes se sobrecarregando para que eu pudesse chegar até aqui.

Agradeço aos colegas e amigos de faculdade que, junto aos mestres, auxiliaram minha trajetória e contribuíram para o meu crescimento intelectual, pessoal e humano. Dentre eles, não posso deixar de citar a Ju e o Stefan, os quais conheci primeiro dia de aula (perdidos em alguma sala errada), além do Max, que se tornaram muito mais do que um colega. Brenda e Rolf, que desde o primeiro semestre mostraram-se amigos muito valiosos e amados, além de parceiros de trabalhos acadêmicos. Também agradeço ao Bidu (Gustavo), que além de nunca ter desistido de mim, mostra-se ser diariamente um grande companheiro, em todos os aspectos. Agradeço também a Nara e o Tonho, que me incentivaram diariamente nessa reta final, principalmente, a não desistir e não esmorecer.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma fizeram parte dessa trajetória. Agradeço à Universidade, pelo espaço cedido, mas, principalmente, às suas pessoas: funcionários, professores e alunos, que fazem essa instituição funcionar, proporcionando um ensino de qualidade, apesar de todas as adversidades que sabemos que existem.

RESUMO

Há aproximadamente três décadas, países da América do Sul colocavam fim aos regimes autoritários presentes em diversas nações, dentre elas, Argentina e Uruguai. A partir de então, inúmeros estudos passaram a ser feitos abordando questões envolvendo a democracia e a estabilidade política na região. Recentemente o debate sobre a cultura política tem ganhado espaço, a fim de possibilitar novas análises sobre essa temática. Dessa forma, este trabalho buscou discutir a cultura política como um fator que exerce influência na estabilidade política. Para isso, traçou-se o contexto histórico político da Argentina e Uruguai, desde suas constituições como Repúblicas, ainda no século XIX, até o ano de 2007. Para a realização da análise, foram selecionados alguns indicadores socioeconômicos e dados disponibilizados no Latinobarômetro, compreendendo, nessa etapa, o período de 1995 a 2007. Por fim, este estudo demonstra que a proposta minimalista, defensora dos fatores institucionais como sendo suficientes para uma explicação convincente da dinâmica das democracias, sem que seja necessário recorrer à cultura, nem sempre é válida.

Palavras-chave: Estabilidade Política, Cultura Política, Pós-Ditadura, Argentina, Uruguai.

RESUMEN

Hace tres décadas, los países de la América del Sur ponían fin a sus regímenes autoritarios, presentes en varias naciones, entre ellas, Argentina y Uruguay. Desde entonces, inúmeros estudios empezaron a ser hechos abordando cuestiones que involucrasen la democracia y la estabilidad política en la región. Recientemente, el debate sobre la cultura política ha ganado espacio, para posibilitar nuevos análisis sobre este tema. De esta manera, este trabajo ha buscado probar que la cultura política es un factor que ejerce influencia en la estabilidad política. . Para eso, fue trazado el contexto histórico político de la Argentina y del Uruguay, desde sus constituciones como republicas, aún en el siglo XIX, hasta el año de 2007. Por fin, este estudio demuestra que la propuesta minimalista, defensora de los factores institucionales como suficientes para una explicación convincente de la dinámica de las democracias, sin que sea necesario recurrir a la cultura, no es siempre válida.

Palabras Clave: Estabilidad Política, Cultura Política, Pos-dictadura, Argentina, Uruguay

ABSTRACT

Three decades ago, South America countries ended their authoritarian regimes in course in several nations, among them Argentina and Uruguay. Since then are countless studies approaching democracy issues and political stability in the region. Recently the debate about political culture has gained space, in order to enable further analysis on this subject. Thereby, this study aimed to discuss the political culture as a factor that exerts influence in the political stability. For this was traced a historical context of Argentina and Uruguay, since theirs constitutions as Republics, in the nineteenth century until 2007. For this analysis, were selected some socioeconomics indicators and some data available on Latinobarometro, covering in this stage, the period of 1995 to 2007. Lastly, this study shows that the minimal proposal - defender of the institutional factors as sufficient for a convincing explanation of the democracies dynamics without having to appeal to culture, is not always valid.

Keywords: Political Stability, Political Culture, Post-Dictatorship, Argentina, Uruguay.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. CULTURA POLÍTICA E DEMOCRACIA.....	14
3. TRAJETÓRIA HISTÓRICO-POLÍTICA ARGENTINA E URUGUAIA: DO SÉC. XIX AO XXI.....	20
3.1 Argentina	20
3.1.1 Partidos Políticos x Movimentismos	20
3.1.2 Golpes de Estado e a Queda do Regime Militar.....	24
3.1.3 Pós-ditadura: transição democrática	27
3.1.4 Governos presidenciais e o neoliberalismo	27
3.2 Uruguai	34
3.2.1 Partidos Políticos	34
3.2.2 Golpes de Estado e a Queda do Regime Militar.....	37
3.2.3 Pós-ditadura: transição democrática e neoliberalismo	40
3.2.4 Governos presidenciais.....	41
4. FATORES INSTITUCIONAIS E DE CULTURA POLÍTICA: UMA ANÁLISE COMPARADA	45
5. CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS	57

1. INTRODUÇÃO

Os países sul-americanos, como a Argentina e o Uruguai, que há aproximadamente três décadas experimentaram ditaduras militares, sofreram uma série de mudanças em seu cenário político. Findo o período dos regimes autoritários, muitos estudos foram feitos sobre a transição para a democracia em tais países, merecendo destaque estudos como o de Samuel Huntington (1994) que denominou tais transições como a Terceira Onda de democratização. Esse autor caracteriza as ondas como “*um grupo de transições de regimes não democráticos para democráticos, que ocorreram em um período de tempo específico e que significativamente são mais numerosas do que as transições na direção oposta durante tal período.*” (HUNTINGTON, 1994, p. 23). O autor aponta para três grandes Ondas no mundo moderno. As duas primeiras Ondas foram seguidas por ondas reversas, ou seja, essas ondas teriam revertido os regimes democráticos para uma ordem não democrática.

Dessa forma, no estudo feito por Huntington (1994), Uruguai e Argentina se enquadram no grupo de países que vivenciaram tanto as três primeiras grandes Ondas democráticas, quanto às duas Ondas reversas explicadas pelo autor¹. Ou seja, esses países passaram por três períodos democráticos, sendo que os dois primeiros foram seguidos por períodos de regimes autoritários. Ainda nessa matriz, O'Donnell e Schmitter (1988) fizeram investigações a fim de categorizar os regimes autoritários latino-americanos do final do século XX² e suas transições de volta à democracia. Em seu estudo, classificaram os regimes pré-transicionais do Uruguai e da Argentina como burocráticos autoritários (BA). Segundo a definição de O'Donnell (1996), um Estado BA é aquele que tem como sua principal base social a grande burguesia; deve realizar a reimplantação da ordem na sociedade através da eliminação da ativação política popular, por um lado, e a normalização econômica por outro; suprime a cidadania e o popular; promove maior internacionalização da estrutura produtiva; despolutiza o tratamento de questões sociais, bem como seu regime implica o fechamento dos canais democráticos de acesso ao governo.

As transições de volta à democracia deram-se de forma diferente nesses países: enquanto que na Argentina a transição deu-se por um colapso do regime militar, enfraquecido pela derrota da Guerra das Malvinas e corrupção de seus governos; no Uruguai ela foi lenta, controlada pelo governo e negociada entre ele e os representantes dos partidos políticos habilitados³. Seguindo na discussão sobre transições, Linz e Stepan (1999), autores que estudaram as transições e a consolidação da democracia, argumentam que

Uma transição democrática está completa quando um grau suficiente de acordo foi alcançado quanto aos procedimentos políticos visando obter um governo eleito; quando

¹ Os demais países do grupo conforme essa classificação de Huntington são Tchecoslováquia, Grécia e Hungria.

² Períodos que correspondem à segunda Onda Reversa de Huntington.

³ Partido Colorado, Partido Nacional (Blanco) e União Cívica. (SAN MARTÍN, 2008)

um governo chega ao poder como resultado direto do voto popular livre; quando esse governo tem *de fato* a autoridade de gerar novas políticas; e quando os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, criados pela nova democracia, não têm que, *de jure*, dividir o poder com outros organismos. (LINZ; STEPAN, 1999, p.21).

O final de um período de transição democrática é seguido por um período de consolidação da democracia, pois ainda existem muitas tarefas a serem cumpridas, hábitos a serem cultivados e condições a serem estabelecidas para que haja a consolidação do novo regime. Linz e Stepan (1999) acreditam que uma democracia será considerada consolidada quando ela passa a ser “o único jogo disponível na sociedade”. Ou seja, quando nenhum grupo político de peso fizer tentativas de derrubar o regime democrático; quando, mesmo em meio a uma crise política ou econômica, a maioria da população ainda prefira a democracia e quando os atores políticos se habituam à ideia de que todos os conflitos políticos serão resolvidos de acordo com as regras, leis, procedimentos e instituições que foram validadas pelo novo processo democrático (LINZ; STEPAN, 1999). A partir dessa análise, e contribuindo com tais estudos, Marcello Baquero (2011) defende que “*o regime democrático tem se institucionalizado por meio do estabelecimento de normas que introduziram uma previsibilidade das regras do jogo*” (BAQUERO, 2011 p. 13). Além disso, Linz e Stepan (1999) acreditam que, para uma democracia estar consolidada, é necessário, primeiramente, que exista um Estado. Esse existindo, outras cinco condições são necessárias: uma sociedade civil livre e ativa, uma sociedade política relativamente autônoma e valorizada, um Estado de direito, uma burocracia estatal e uma sociedade econômica institucionalizada. Dessa forma, entendem a democracia como um sistema de interações, que só funcionará adequadamente com o apoio dos campos acima citados.

Destarte, levando-se em consideração as características acima, o Uruguai em 1989 concluiu seu processo de transição democrática e, na opinião de Linz e Stepan (1999), consolidou sua democracia em 1992. Nesse mesmo ano, para tais autores, a Argentina já apresentava algumas características que iam ao encontro de uma consolidação democrática em seu processo.⁴ Dados, esses, que serão marco referencial para o recorte temporal deste estudo.

A partir desse novo cenário, com o retorno e consolidação da democracia em muitos países, outras análises começam a ser feitas dentro da teoria democrática. Uma de suas áreas, que tem como eixo a análise da cultura política, passa a ganhar importância e relevância no debate sobre democracia. A cultura política, embora já presente de certa forma em obras como *A República de Platão* (2007), escrita aproximadamente em 375a.C.⁵ e *a Democracia na América de Tocqueville* (1987), escrita ainda no século XIX, foi um conceito aprofundado por Almond e Verba em sua obra

⁴ Para aprofundamento no assunto sugere-se a leitura dos capítulos 10 (Uma democracia consolidada propensa a riscos: Uruguai) p. 187-202 e capítulo 12 (Do jogo democrático impossível a um possível: Argentina) p. 227-242. LINZ, J. Linz; STEPAN, Alfred. **A transição e a consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

⁵ BLACK, Burn. *A República de Platão: Uma Biografia*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2008.

denominada *The Civic Culture* (1963). Segundo Castro (1998), a tese desses últimos autores é a de que existe uma relação causal entre a opinião da população e a possibilidade do surgimento do sistema democrático e sua estabilidade. Ou seja, o centro explicativo da política deixa de ser as instituições e passa a ser o eleitorado, suas atitudes e ações (CASTRO, 1998). Sendo assim, a cultura política se refere ao “*processo através do qual as atitudes dos cidadãos são estruturadas em relação ao sistema político.*” (BAQUERO; PRÁ apud CASTRO, 1998. p. 31).

Para o melhor entendimento sobre o conceito de cultura política recorreremos a Baquero, autor culturalista, que afirma que o vigor democrático depende não só do funcionamento institucional, mas da construção de uma matriz de cultura política de caráter ético-social que gere fundamentos normativos de apoio e lealdade a princípios democráticos (BAQUERO, 1998, p.14) bem como “*a ausência desses fatores pode obstaculizar a estabilidade democrática e criar climas de incerteza*”. (idem). Leonardo Morlino, reforça a integração entre os aspectos culturais e institucionais. (MORLINO, 2010).

Dessa forma, esses estudos nos levam a entender que a democracia, somente do ponto de vista institucional, não é suficiente para garantir a estabilidade de um governo, já que é necessário levar em consideração também os fatores culturais e políticos envolvidos. Quando entendemos que a retomada da democracia nos dois países abordados neste estudo é alcança aproximadamente três décadas, é preciso que levemos em consideração que a estabilidade do regime pode não estar totalmente garantida. Dessa forma, faz-se necessário aprofundar os estudos sobre o tema e, assim, ampliar o espectro explicativo, pois teorias ainda estão sendo (re)feitas e não esgotaram possibilidades de análises. Por tais motivos, torna-se relevante a elaboração de trabalhos que venham a contribuir com essa discussão.

A Argentina e do Uruguai são países membros do MERCOSUL e mantêm importantes relações com vários países ao redor do planeta. No que compete a sua história, vale ressaltar que ambos os países tem semelhanças como, por exemplo, sua colonização espanhola, seu processo de constituição como democracias e, em suas histórias recentes, ambos passaram por ditaduras militares com proximidades temporais. Indo mais além, conforme nos é explicado por Freideberg e Saéz (2002), os partidos políticos de ambos os países mantiveram-se basicamente os mesmos, antes e depois da ditadura. No Uruguai eram representados por colorados, *blancos* e frenteamplistas e, na Argentina, pelos radicais e pelos peronistas (hoje partido Justicialista), partidos esses já existentes, pelo menos, desde o a primeira metade do século XX, com exceção da FRENTE AMPLA, apenas. Essas características ajudarão na correlação dos dados e das trajetórias políticas no período analisado em ambos os países. A opção por esses países também se dá pela facilidade de acesso aos dados e estudos até agora produzidos.

Posto isso, cabe ressaltar que no momento histórico e político em que vivemos os assuntos relacionados às ditaduras militares sul-americanas, tanto no âmbito dos direitos humanos quanto na questão da impunidade, têm sido pautas de extrema relevância para a construção das atuais democracias. Pois é necessário compreender o que ocorreu a fim de evitar o retrocesso que períodos como esses trouxeram a sociedade como um todo. Dessa forma, em virtude da redemocratização dos países sul-americanos, inclusos aqui Argentina e Uruguai, esses regimes democráticos ainda podem estar suscetíveis a possíveis rupturas. Por isso, esse trabalho se propõe investigar: quais os fatores que influenciaram a estabilidade política dessas duas democracias no período pós-ditadura militar?

O período escolhido foca o início da consolidação democrática na Argentina e Uruguai, iniciado em 1992. Entretanto, optamos como referência o ano de 1995, visto que é neste ano em que se iniciam novos mandatos de governos civis democraticamente eleitos para a Presidência da República dos países em questão. Também levamos em consideração que, a partir de 1995, a consolidação da democracia já estava encaminhada em tais países na visão de Linz e Stepan (1998), pois ambos já haviam realizado eleições livres e diretas para a escolha de seus Presidentes. A análise estende-se até o ano de 2007. Mesmo não abrangendo o final do primeiro governo frenteamplista no Uruguai, estamos considerando que no período foram eleitos governos de distintos partidos e coalizões, garantindo assim uma variação dos mandatos e trazendo o debate para a atualidade, visto que apenas ficarão de fora os governos que, na data de elaboração desse trabalho, ainda seguiam vigentes (na Argentina, o governo da Presidente Cristina Kirchner e no Uruguai, o governo de José Mujica). Assim, torna-se possível analisarmos a estabilidade política dos governos democraticamente eleitos e buscar identificar os fatores que possam vir a abalar sua estabilidade.

Como hipótese para este trabalho, e seguindo a linha culturalista, a estabilidade política depende de fatores institucionais e culturais. Assim sendo, na medida em que as crises econômicas do período afetaram igualmente ambos os países, a estabilidade política desses governos democráticos seriam influenciadas pela cultura política de seus países.

Dessa forma, o objetivo geral deste estudo comparado entre Argentina e Uruguai é verificar a relação entre fatores institucionais, culturais e políticos na estabilidade política dos regimes democráticos argentinos e uruguaios no período entre 1995-2007. Para isso, o primeiro objetivo específico é traçar de maneira comparada a trajetória política dos dois países desde suas constituições como Repúblicas; o segundo objetivo é aprofundar a análise no período delimitado (1995-2007) levando-se em consideração o número de eleições realizadas para Presidente da República, duração dos mandatos, candidatos eleitos, desempenho dos partidos, possíveis coalizões; e o terceiro é levantar dados sobre o apoio da população aos governos eleitos no período, com base em dados de pesquisa de cultura política fazendo um paralelo desses com dados socioeconômicos.

Para cumprir os objetivos desse estudo, serão utilizados os dados disponíveis pelo Latinobarômetro, instituto que realiza pesquisas de opinião em 18 países da América Latina, dentre eles Argentina e Uruguai. Também serão coletados dados em órgãos oficiais e não oficiais dos dois países sobre a análise histórica, econômica e política. Para isso, este trabalho pretende dar conta dos seguintes passos: fazer o levantamento histórico de cada país, através de fontes primárias e secundárias; coletar os dados partidários e eleitorais disponibilizados por órgãos oficiais e publicações sobre o assunto; levantar os resultados das pesquisas de opinião realizadas pelo Latinobarômetro sobre a satisfação e apoio à democracia, como também dados sobre confiança da população nas instituições, referentes ao período definido, além de alguns dados socioeconômicos; por fim, far-se-á uma análise comparando os dados levantados de ambos os países e suas correlações com a estabilidade política na Argentina e no Uruguai.

Dessa forma, o segundo capítulo iniciará trazendo a discussão teórica sobre os conceitos de democracia e cultura política, bem como sua relação com a estabilidade política. A discussão começará abordando a proposta minimalista, aonde os autores defendem que aspectos econômicos são suficientes para analisar a estabilidade política. Em seguida, serão apresentados os conceitos de democracia e a abordagem culturalista.

No terceiro capítulo serão analisados os contextos históricos de Argentina e Uruguai, desde suas constituições como Repúblicas até os primeiros anos do século XXI. Dentro desse capítulo será dada uma maior atenção aos dados históricos dentro de um panorama político e, inevitavelmente, econômico. Dentre eles terão destaque tópicos sobre a formação e importância da atuação dos partidos políticos para a construção dos países ao longo do século XX; em seguida, trar-se-á uma abordagem sobre os golpes militares, bem como suas consequências; também será abordada a queda do último regime militar e o início do período de redemocratização. Nesse ponto será destacado o impacto do neoliberalismo na economia e política dos países. Por fim, far-se-á a apresentação dos principais assuntos relacionados aos governos dos presidentes eleitos a partir de redemocratização – em 1983, na Argentina e 1985 no Uruguai – até o início do século XXI.

No capítulo seguinte, serão apresentados, de forma comparativa entre os países, dados socioeconômicos, como PIB *per capita*⁶, taxa de inflação, taxa de desemprego, coeficiente GINI⁷ e IDH⁸. Em seguida, serão apresentados os dados de cultura política extraídos do Latinobarômetro.

⁶ Produto Interno Bruto: Medidor de atividade econômica e nível de riqueza de uma região. O PIB per capita divide esse valor pelos habitantes da região.

⁷ O Coeficiente GINI, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, ou seja, é um instrumento para medir a desigualdade. Sua escala varia de 100 a 0, aonde 100 é mais desigual e 0 significa que não existe desigualdade (IPEA).

⁸ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) oferece um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. É

Assim, a pretensão é comparar e relacionar os dados dos dois países a fim de testar a hipótese de que a estabilidade política é influenciada pela cultura política de cada país. Os dados socioeconômicos estarão presentes na análise, para demonstrar que as economias dos países, no período analisado, estavam praticamente no mesmo patamar, o que não atrelaria a estabilidade política a um fator unicamente econômico. Por fim, no último capítulo, será apresentada a conclusão chegada a partir do desenvolvimento deste trabalho.

2. CULTURA POLÍTICA E DEMOCRACIA

A América do Sul passou por um período de redemocratização nas últimas décadas do século XX. Dessa maneira, as democracias ali estabelecidas estão sujeitas a experimentar alguma instabilidade quanto ao regime democrático. Sobre esse aspecto, teóricos debatem a importância da consolidação democrática em tais países.

Para melhor compreensão do tema é importante que nos apropriemos, primeiramente, da discussão acerca da democracia e da estabilidade política nos regimes democráticos. Esse debate é atravessado por diversas matrizes. Iniciaremos, então, com a matriz institucionalista da democracia. Destaca-se nessa vertente o teórico político Joseph Schumpeter, que fez importantes reflexões sobre a inconsistência da teoria clássica da democracia e formulou uma concepção de democracia procedimental. A fim de melhor entendermos a abordagem desse autor, este trabalho traz a reflexão de Rodrigo Neto. Em seu estudo sobre a teoria schumpeteriana, Neto (2011) explica que a democracia seria entendida somente como método para a escolha dos governantes, o que em suas palavras é

um conjunto de regras que estabelecem como devem ser escolhidos aqueles que devem realizar as decisões políticas. Aos eleitores cabe apenas escolher quais políticos desejam eleger (...) a concepção minimalista de democracia de Schumpeter é um modelo fundamentalmente empírico, cuja preocupação central é a estabilidade do sistema político. (NETO, 2011)

Entendemos assim que, para Schumpeter, a problemática da teoria democrática não é a participação popular, mas sim a eficácia do regime em eleger governantes. Sua visão é considerada como minimalista, pois a política democrática é um sistema que institucionaliza a competição entre partidos políticos e possíveis coalizões, tais como numa lógica de mercado, que disputam os votos que os levarão ao poder. (NETO, 2011). A partir das ideias de Schumpeter, vários autores passam a formular análises empíricas, tendo como cerne a estabilidade institucional do regime e não o aperfeiçoamento democrático. Outro autor que segue a linha schumpeteriana é Adam Przeworski.

Dentro de sua visão minimalista, Przeworski defende que

a democracia é possível quando as forças políticas relevantes conseguem encontrar instituições que garantam, com razoável margem de segurança, que seus interesses não serão afetados de modo considerável no decorrer da competição democrática. Mesmo não sendo o resultado exclusivo de um compromisso substantivo, a democracia pode ser o resultado de um compromisso institucional. (PRZEWORSKI, 1984).

Assim, o pensamento de Przeworski explica que, em razão da democracia ser vista como a única forma de alterar os governos de maneira pacífica, não cabe o uso da violência e, dessa forma, faz-se o uso do voto, ato esse que acaba tendo consequências morais próprias. (NETO, 2011). Para Przeworski a democracia é um sistema com regras que devem ser seguidas a fim de manter-se a estabilidade política:

No final, o milagre da democracia é que as forças políticas conflitantes obedecem aos resultados da votação; as pessoas que têm armas obedecem às que não têm; políticos arriscam perder o governo através de eleições; os perdedores esperam sua chance para ganhar. Assim, conflitos são regulados, processados de acordo com as regras e, portanto, limitados. Isso não é consenso, nem é uma mutilação deles. Apenas conflito limitado; conflito sem matar. (PRZEWORSKI apud NETO, 2011).

Dessa maneira, entende-se que na visão minimalista de democracia é de crucial importância que haja a estabilidade política. Dito de outra maneira, os autores dessa linha defendem primordialmente o institucionalismo eleitoral e o respeito às regras do jogo democrático. Ou seja, para que se mantenha a estabilidade é preciso que os procedimentos para o jogo da democracia estejam institucionalizados e devam ser respeitados. Outro ponto defendido por esses autores minimalistas é o de que

a probabilidade de sobrevivência da democracia aumenta monotonamente com a renda per capita. [...] vários outros fatores afetam a sobrevivência das democracias, mas todos eles perdem sua força quando comparados à renda per capita. Dois deles são particularmente relevantes para a perspectiva da escolha racional. Em primeiro lugar, as democracias têm mais chance de sobreviver quando nenhum partido controla uma grande parcela (mais do que dois terços para ser preciso) das cadeiras legislativas. Em segundo lugar, as democracias são mais estáveis quando os chefes de governo mudam com frequência, mais do que uma vez em cinco anos porém menos do que uma vez em dois anos. Essas observações [...] levam a uma importante conclusão: a probabilidade da sobrevivência da democracia cresce quando nenhuma força política domina de modo completo e permanente. As democracias são menos estáveis quando um partido tem controle irrestrito sobre a legislatura ou quando os chefes do Executivo permanecem no cargo por longo tempo. (CHEIBUB; LIMONGI; PRZEWORSKI, 2003, p.22-23).

Em suma, defende que os fatores econômicos e institucionais são suficientes para gerar uma explicação convincente da dinâmica das democracias sem que seja necessário recorrer à cultura (CHEIBUB; LIMONGI; PRZEWORSKI, 2003).

Por outro lado, a visão minimalista é criticada por José Álvaro Moisés (2008) em razão da pouca importância que essa vertente dá às demais instituições. Segundo o autor, “*instituições como o parlamento, o judiciário ou a polícia podem funcionar de forma deficitária ou incompatível com a doutrina da separação de poderes, mesmo convivendo em um regime com regras eleitorais.*” (MOISÉS, 2008 p.14). Ou seja, é pertinente observar essa crítica a fim de que estejamos cientes de que, embora a instituição eleitoral seja de suma importância e deva funcionar de acordo com as regras do jogo democrático, isso apenas não basta, pois o funcionamento das demais instituições deve acontecer de forma compatível e alinhada entre si.

Nesse debate, também é de extrema importância a contribuição de Robert Dahl (1989) sobre a democracia, visto que sua teoria ampliou e completou o conceito de democracia para além das limitações da visão minimalista. Dahl (1989) utiliza-se do conceito de Poliarquia, por considerar que não existe na realidade de hoje nenhum regime, de dimensão considerável, totalmente democratizado. Par ele, um governo democrático “*se caracteriza fundamentalmente por su continua*

aptitud para responder a las preferencias de sus ciudadanos, sin establecer diferencias políticas entre ellos” (DAHL, 1989, p. 13) mais ainda, o termo democracia serviria para “ *designar el sistema político entre cuyas características se cuenta su disposición a satisfacer entera o casi enteramente a todos sus ciudadanos*” (DAHL, 1989, p. 13). Para isso, Dahl defende que todos os cidadãos devem ter igualdade de oportunidades para formular suas preferências; manifestar publicamente suas preferências entre seus partidários e frente ao governo, individual ou coletivamente; receber igualdade de tratamento por parte do governo, ou seja, este não deverá fazer qualquer discriminação por causa do conteúdo ou origem de tais preferências. Sendo essas condições fundamentais, embora talvez não suficientes, para a existência da democracia. Dessa forma, as instituições dos Estados devem garantir, no mínimo, oito requisitos: a) liberdade de associação; b) liberdade de expressão; c) liberdade de voto; d) diversidade de fontes de informação; e) eleições livres e imparciais; f) elegibilidade para cargos públicos; g) direito dos líderes políticos competirem em busca de apoio/votos; h) instituições que garantam que as políticas governamentais dependam dos votos e demais formas de expressar as preferências. (DAHL, 1989, p.14-15).

O autor também defende que o desenvolvimento de um sistema político que facilite a oposição, a rivalidade e a competição entre o governo e seus opositores é uma parte importante do processo democrático. Seguindo nessa linha, O'Donnell (1996), destaca que é necessário acrescentar outros atributos aos propostos acima por Dahl. Dentre eles, cita que

os representantes escolhidos para as posições governamentais mais elevadas, além de serem eleitos em pleitos honestos, não devem ter os seus mandatos interrompidos antes de se completar o período estabelecido constitucionalmente. Um segundo acréscimo é o de que as autoridades eleitas não devem estar sujeitas a restrições severas ou a vetos que sejam impostos por outros atores não-eleitos, em particular as forças armadas, e nem devem ser por estas excluídas de determinados âmbitos de decisão política. (O'DONNELL, 1996).

O'Donnell (1996) faz ainda um terceiro acréscimo, explicando que deve haver um território indisputado que define claramente o povo votante. Além disso, defende que uma definição adequada de Poliarquia deve trazer uma dimensão temporal, ou seja, a expectativa de que um processo eleitoral limpo e as liberdades que o acompanham terão vigência por um futuro indefinido. Defende, também, que na consolidação democrática devemos ponderar que a eleição é uma instituição que deve ser levada em consideração.

É essa a dimensão intertemporal que mencionei acima como um outro componente importante da Poliarquia: quando as eleições estão institucionalizadas, não somente se realizam eleições limpas e competitivas, mas sim, há também, a expectativa generalizada de que novas rodadas de eleições limpas e competitivas ocorrerão durante um futuro indefinido.(O'DONNELL, 1996)

Dessa forma, para O'Donnell (1996), países que não possuem tais características, não podem ser considerados Poliarquias. Assim, dentro desse conceito, entende-se que a estabilidade política é

um fator inerente à democracia, visto que um alto nível de instabilidade poderia levar a ruptura do regime. Portanto, neste trabalho, utilizaremos como conceito de democracia o modelo defendido por Dahl (1989) com contribuições de O'Donnell (1996), visto acima.

Debatida a visão minimalista, suas críticas e contribuições e o conceito de democracia a ser adotado, faz-se, então, necessário trazer a abordagem da esfera culturalista sobre a democracia. Antes de iniciar é necessário aqui ressaltar que a visão culturalista vai de encontro ao proposto pela visão minimalista, defendendo justamente o contrário, ou seja, é necessário recorrer à cultura política para uma explicação convincente da dinâmica das democracias. Dessa forma, essa será a matriz a ser seguida neste trabalho.

O clássico estudo de Almond e Verba (1963), *A Cultura Cívica*, lançou pela primeira vez o conceito de cultura política, assim sendo, propuseram analisar os aspectos culturais e comportamentais da sociedade, sendo esses os principais elementos da sua teoria. Esses autores foram os primeiros precursores dessa vertente

La cultura política de una sociedad, nos referimos al sistema político que informa los conocimientos, sentimientos y valoraciones de su población. [...] consiste en la particular distribución entre sus miembros de las pautas de orientación hacia los objetos políticos. (ALMOND; VERBA, 1963, p. 180).

Melhor explicado nas palavras de Castro (1998), a tese embasada por Almond e Verba (1963)

é a de que existe uma relação causal entre a opinião da população e a possibilidade de surgimento do sistema democrático e sua estabilidade [...] essa hipótese subverte o caminho usual da análise política de até então: segundo ela o centro explicativo da política deixa de ser as instituições políticas e passa a ser o eleitorado, com suas atitudes e ações. (CASTRO, 1998, p.31).

Desde a publicação do livro de Almod e Verba (1963), abriu-se um leque de estudos e teorias sobre cultura política. Um dos estudiosos que segue a linha de culturalista é Marcello Baquero. Para esse autor, a cultura política se refere ao “*processo através do qual as atitudes dos cidadãos são estruturadas em relação ao sistema político.*” (BAQUERO; PRÁ apud CASTRO, 1998, p. 31). Baquero (2011), ao contrário, dos minimalistas, defende que, devido à realidade política das últimas décadas, a reconceituação do termo democracia precisa

ir além de explicações de caráter institucional, pois, embora as instituições sejam parte crucial do processo democrático, são limitadas e não proporcionam respostas suficientes para produzir congruência entre legitimidade jurídica e legitimidade social (BAQUERO, 2011, p.13).

Dessa forma, o autor acredita que a cultura política é uma base normativa para sustentar a legitimidade democrática. Ou seja, o princípio institucional da democracia, como exposto anteriormente pela corrente minimalista é importante, mas ele por si só não basta. É preciso que seja combinado com a cultura política, aonde o apoio dos cidadãos é igualmente importante. Explicado

de outra forma,

mesmo reconhecendo que a natureza das instituições políticas democrática é crucial no fortalecimento da democracia contemporânea, ainda restam dúvidas [...] sobre sua eficácia. Propõem-se, então, ser imperativo produzir uma cultura política na qual os cidadãos apoiem os princípios democráticos e as instituições de mediação política, por meio da constituição de uma base normativa de sustentação da legitimidade democrática na dimensão maximalista (BAQUERO, 2011. p. 14-15).

Segundo Baquero (1998), o papel do cidadão na política é considerado um complemento da estabilidade do regime. Dessa forma, entende que existe uma integração orgânica entre a dimensão institucional e a dimensão histórica de um país, assim como entre a dimensão institucional e a atitudinal que, quando bem solidificadas, podem garantir a estabilidade. Entretanto, aponta que quando tais dimensões não são suficientes podem levar a uma democracia frágil, predisposta ao autoritarismo. Dessa forma, o ceticismo e a desconfiança⁹ do cidadão em relação à política passam a ter relevância e, com isso, indica que “*a fragilidade das instituições políticas alimenta e se alimenta da instabilidade política*”. (BAQUERO, 1998, p. 14) O que não significa que necessariamente vá ocorrer a ruptura do regime, mas existe a possibilidade.

Por essa análise, Leonardo Morlino (2010) contribui com a teoria propostas pelos culturalista e traz ao debate que em estudos recentes, voltou-se

a propor uma integração entre os aspectos cultural e institucional na análise política, enfatizando e desenvolvendo a noção de cultura para demonstrar seu impacto, com referência a valores específicos, como a aceitação do Estado de direito, a tolerância com a oposição, o respeito pelas diferentes opiniões e a natureza relativa no que diz respeito a comportamentos como os sugeridos pela “cultura cívica” almondiana. Isso, na realidade, sugere que uma fusão analítica, ou seja, ter-se apenas uma “mesa” é possível, mas somente se aceitarmos integrara adequadamente na análise os aspectos culturais e institucionais”(MORLINO, 2010, p. 34).

Dentro dessa linha, José Álvaro Moisés (2010) afirma que os recentes estudos publicados demonstram que o fenômeno geral de adesão à democracia está associado aos indicadores de cultura política, bem como com o desempenho das instituições democráticas (MOISÉS, 2010). Para isso, o autor explica, que na democracia, diferente dos regimes autoritários,

as instituições desempenham duas funções complementares: a distribuição de poder relacionada aos processos de tomada de decisões públicas e a participação dos cidadãos na avaliação e julgamento de procedimentos, conteúdos e resultados (MOISES, 2010, p. 10).

Destaca, também, que o regime democrático garante amplos direitos aos cidadãos, mas que a sua qualidade depende do funcionamento das instituições assegurando o escrutínio, a fim de que se possa haver coordenação e cooperação política, porém,

⁹ Grau de confiança dos cidadãos nas instituições é um dos indicadores de Cultura política que serão analisados mais adiante, extraídos do Latinobarômetro.

as pessoas precisam ser capazes de antecipar o comportamento dos outros, o desempenho das instituições políticas e os efeitos das regras e procedimentos que movem e condicionam os processos políticos que impactam suas vidas (idem, p. 10).

Dessa forma, a confiança política tem um importante papel nesse cenário. Nesse aspecto, defende o autor, apoiado em estudos da área, existe uma forte relação empírica entre a confiança e as estruturas democráticas, assim como seu papel para a continuidade do regime democrático ao longo do tempo, ou seja, sua estabilidade.

Somando-se aos autores que acreditam que a cultura política é necessária nas análises políticas para o desenvolvimento democrático, podemos citar Dieter Nohlen. Esse estudioso explica que a cultura política, em praticamente todos os seus enfoques, “*juega un rol importante en el análisis de los procesos políticos y especialmente en el desarrollo de la democracia.*” (NOHLEN, 2007, p. 271).

Ainda sobre isso, é pertinente chamar a atenção de que “*outro pressuposto existente é que a qualidade da democracia influencia a experiência, a avaliação e a percepção dos cidadãos sobre as instituições democráticas e, nesse sentido, pode reforçar tendências da cultura política*” (MOISÉS, 2008, p.12). Dessa forma, entendendo que a qualidade da democracia pode reforçar tendências de cultura política, é válido pontuar que um dos indicadores da qualidade da democracia é o grau de igualdade socioeconômica, alcançado pela sociedade (MOLINA; LAVINE, 2001). Entretanto, segundo esses autores, esse grau de igualdade social e econômica, não seria o mais importante, mas sim, a maneira como os governos procederam para chegar nele, se de maneira respeitosa às regras democráticas ou não. Em resumo “*un gobierno democrático, puede ser, dependiendo de la ideología de cada quién, un mal gobierno en cuanto sus resultados socio-económicos, pero ello no implica necesariamente que la calidad de la democracia sea baja*”. (MOLINA; LAVINE, 2011, p. 99). Dessa forma, tais autores contrapõem-se ao minimalismo, que identifica como critérios cruciais para a democracia bons desempenhos socioeconômicos.

Tal comentário sobre a questão da qualidade da democracia torna-se relevante para esse trabalho, visto que ela, além de poder reforçar tendências de cultura política, que é a nossa abordagem, é um assunto que vem ganhando importância nos temas a cerca da democracia, na medida em que esse regime vem sendo consolidado e estabilizado em vários países, especialmente na América do Sul.

Posto isso, entende-se nesse trabalho, que fatores institucionais são importantes para a democracia e devem ser levados em conta. A linha culturalista não nega a importância desses fatores, entretanto, defende que os fatores culturais são tão importantes quanto aos primeiros para explicar a dinâmica e manutenção e desenvolvimento democrático.

3. HISTÓRIA POLÍTICA ARGENTINA E URUGUAIA: DO SÉC. XIX AO XXI

Neste capítulo será trabalhada a trajetória histórica e política da Argentina e Uruguai, desde suas formações como Repúblicas até o ano de 2007. O conteúdo foi dividido por países. Dentro dos subcapítulos de cada país serão encontrados quatro tópicos com temáticas que se acredita que tenham uma maior relevância dentro proposta desse trabalho. Dessa forma o primeiro tópico versa sobre a constituição dos partidos políticos, suas características e importância para esses países. Em seguida serão abordados os golpes sofridos, militares e civis, além do seu desenrolar e queda. No terceiro tópico o destaque será para o período pós-ditadura a influência do neoliberalismo nessas nações. Por fim, abordaremos todos os governos presidenciais a partir da redemocratização até o ano de 2007.

3.1 Argentina

A Argentina surge como país em 1816 ao tornar-se independente das demais províncias que haviam pertencido ao Vice Reinado do Rio da Prata, já independizado da Espanha desde 1810. Em 1853 foi sancionada a Constituição Nacional, no entanto, em termos práticos, o país só consolidou-se de fato a partir do ano de 1880, no governo do General Roca (1880 - 1886), através de medidas como a federalização do Estado, estabelecimento da capital em Buenos Aires, unificação da moeda e outras tantas (ROMERO, 2006).

3.1.1 Partidos Políticos x Movimentismo

Durante a maior parte do século XX, as forças políticas que governaram a Argentina estavam mais próximas de um formato movimentista¹⁰ (McGUIRE, 1996; ROJO, 1998) do que de partidos políticos. Tanto o radicalismo quanto o peronismo, não viram a si mesmos como parte de um sistema político, mas sim como uma totalidade que expressava a vontade do povo e da nação argentina, havendo em ambos os casos, uma hegemonia por parte desses grupos. O primeiro caso – radicalismo – ,tratou-se de um partido de cidadãos que buscou se converter em um “movimento nacional”; no segundo – peronismo –, o partido era mais um elemento, quase diluído, dentro de uma maior estrutura que incluía os sindicatos, organizações de empresariado nacional, Forças Armadas e, em seu momento, o governo peronista. (ROMERO, 2006).

¹⁰ O movimentismo, diferente dos partidos políticos, busca formar uma unidade nacional aonde a oposição se desvaia a ponto de desaparecer, enquanto que os partidos tendem a percebê-la como algo legítimo e permanente. Em um segundo aspecto, o movimentismo tende a tratar de alcançar ou reter o poder usando os meios mais convenientes que estiverem ao seu alcance, enquanto que os partidos percebem as eleições como o único caminho apropriado para alcançá-lo. E terceiro, o movimentismo tende a exaltar seus líderes e dar-lhes maior flexibilidade, enquanto que os partidos tendem a exaltar sua filosofia política em primeiro lugar.

Dessa forma, o sistema de partidos na Argentina acabou sendo muito deficiente; sobretudo, era uma máquina eleitoral que mobilizava emoções e velhas lealdades coletivas (ROJO, 1998). Outra característica abordada por estudiosos sobre a política argentina é o personalismo da vida política. Esse é representado pelo caráter dos dirigentes políticos e a relação que costumavam estabelecer com as massas de indivíduos. Geralmente eram dirigentes carismáticos, mas que não personificavam o valor comunitário (ROJO, 1998). Tal característica, somada ao populismo, na explicação de Rojo (1998), teriam pesadas responsabilidades nas orientações antidemocráticas dos cidadãos e na fragilidade da democracia do país. Os exemplos mais elucidativos para os aspectos acima foram os governos de Yrigoyen pela União Cívica Radical e, principalmente, por Perón. (ROMERO, 2006)

Segundo Romero (2006), a história dos partidos argentinos começa mais substancialmente no final do século XIX. Entre os anos de 1880 e 1916, o país esteve sob o comando monopolizado do Partido Autonomista Nacional (PAN) que representava a oligarquia argentina, sendo um partido de cunho conservador. Até 1909, o PAN comprava votos, adulterava as eleições e intimidava candidatos opositores, tendo como respaldo o sistema eleitoral então vigente, que estabelecia o voto “cantado”¹¹. Isso contribuiu com que houvesse um ceticismo da população frente ao sistema político nacional. Nessa época, quem quer que detivesse o poder executivo nacional, controlava também o poder político e militar através de todo o país. Segundo McGuire (1996), esse predomínio político reforçou uma longa tradição da hegemonia de uma única força política e afetou a cultura política do país durante muitos anos. Com a falta de uma oposição efetiva, o PAN começou a visualizar-se mais como um movimento do que como parte de uma organização política (ROMERO, 2006).

A conjuntura econômica e política de 1890, agravada por uma crise, levaram ao descontentamento da população e acelerou a expressão política de novas camadas sociais que emergiam com o desenvolvimento capitalista da sociedade.

A revolução dos anos 90 marca com clareza o momento em que começa a emergir uma sociedade civil urbana, diferenciada em grupos sociais com demandas específicas. Em particular, ela marca o momento em que a classe média ingressou na vida pública. Nesse sentido, a Revolução marca na Argentina a emergência do povo como sujeito político e social, exigindo que lhe reconheçam efetivamente como protagonista da vida política, social e cultural, e demandando a configuração de uma sociedade democrática. (Historia Electoral Argentina, 2008, p. 22, tradução nossa).

Frente a tal configuração, surge em 1889 a Aliança Reformadora, que logo se converteria na União Cívica Radical (UCR). Inicialmente, era formada por grupos da classe média e membros dissidentes da elite pampiana. Os radicalistas utilizaram, reiteradamente, a luta armada para responder aos abusos eleitorais do PAN, que não permitia que a oposição tivesse chances no cenário político. Nesse período cresceu a belicosidade na classe operária liderada, muitas vezes, por anarquistas e a

¹¹ Voto aberto.

insatisfação de partidos menores, como o Partido Socialista, frente às fraudes. Todos esses fatores levaram a elaboração da Reforma Eleitoral de 1912, que poderia prevenir uma revolução social. Destarte, foi instaurando o voto universal, obrigatório e secreto, a contagem leal dos votos e a inscrição honestas de eleitores (ROMERO, 2006).

Nesse momento, a UCR, que até então promovia uma política de “intransigência” e “abstenção” eleitoral, passou a fortalecer sua organização e em 1916 converteu-se no primeiro partido argentino de massas. A vitória de Hipólito Yrigoyen (UCR) nas eleições (1916) marcou o fim do conservadorismo e início da hegemonia dos radicais na Argentina, que duraria até a década de 1930. As reformas eleitorais proporcionaram aos operários urbanos sua primeira oportunidade de ingressar na vida política partidária. Aproveitando desse espaço político, o então presidente cultivou esses votos, apoiando os sindicatos frente aos empregadores. Porém, tal política teve curta duração e após “La Semana Trágica”¹² em 1919, os radicais deixaram os operários de lado e passaram a consolidar o apoio que recebiam da classe média, especialmente mediante da entrega de cargos públicos. Nas eleições de 1922 os radicais seguiram no poder sob o comando de Alvear, mais conservador do que seu predecessor. Em 1924 o partido se divide em duas facções: UCR-AP, Anti-personalista de Alvear e a UCR. Em 1928 Yrigoyen retoma o poder e acelera sua evolução para uma representação primariamente de classe média, até ser deposto pelo golpe de 1930 (ROMERO, 2006).

Nas eleições de 1931 as fraudes eleitorais voltam a ser recorrentes: pressões aos candidatos, falsificação de documentos, contagem errada de votos, pressões governamentais aos partidos políticos, etc. Resultados manipulados seguiram existindo, a fim de manter os conservadores no poder, até as eleições de 1943. Assim, tal período ficou conhecido na história argentina como Década Infame. Em 1943 ocorreu um novo golpe militar, fazendo parte facção golpista com viés nacionalista, o futuro presidente Juan Perón. (ROMERO, 2006).

Em 1930, havia sido fundada a principal confederação de trabalhadores da Argentina (CGT), dessa forma, em 1943 a Argentina contava com um movimento sindical grande e bem organizado, mas que se mantinha alheio ao campo partidário e eleitoral. De outro lado, os governos conservadores haviam retardado as políticas trabalhistas e sociais. Aproveitando-se do contexto, Perón dedicou-se a formulação de uma nova legislação trabalhista e social, apoiou os trabalhadores nas graves e ajudou na organização de trabalhadores rurais, atribuindo, assim, a sua pessoa, os méritos e benefícios trabalhistas. Em síntese, construiu a personalização do que viria a ser o movimento peronista nos anos seguintes, graças ao apoio da classe operária que lhe ajudou a chegar ao poder. A ascensão de Perón ao poder em um contexto de regime militar, segundo McGuire (1996), foi o exemplo mais

claro na história moderna argentina da habilitação de um líder populista fora do contexto eleitoral partidário. Perón concorreu à presidência através de uma coalizão que incluía uma dissidência da UCR, a UCR – JR (Junta Renovadora), os chamados Centros Independentes, constituídos de diferentes correntes do partido conservador e o recém formado Partido Laborista, fundado por líderes sindicais.

Segundo Romero (2006), Perón fez sua campanha baseada no nacionalismo e foi eleito com 52% dos votos. A eleição de 1946 foi julgada como a mais limpa até aquela data na história do país. Alguns meses após a vitória, alegando que conflitos internos colocavam em perigo a unidade do movimento, o presidente dissolveu os partidos da sua coalizão e os substituiu por um novo partido: o Partido Único da Revolução, que foi renomeado para Partido Peronista em 1947. Esse seguiu uma organização vertical.

Para Perón, tão importante quanto afirmar a supremacia do Executivo sobre o resto das instituições republicanas, foi dar forma a um conjunto heterogêneo de forças que o apoiavam (...). Era necessário disciplinar a todos, segundo os princípios políticos mais gerais do peronismo (Romero, 2006. p. 106).

Formalmente, o Partido Peronista era um partido de massas com milhares de unidades básicas e milhões de membros, mas na realidade era um monobloco vazio controlado por Perón. (McGUIRE, 1996). Eva Perón, sua esposa, foi uma figura chave dentro do seu governo devido ao seu carisma junto aos mais pobres. Instituiu a ala feminina dentro do partido peronista e em 1951 conseguiu que instaurassem o voto feminino na Argentina pela primeira vez. (ROMERO, 2006).

Com o passar dos anos, e frente a uma crise econômica, seu governo acabara por tomar um viés autoritário. Dentre algumas medidas, tomou-se o controle da maioria dos meios de comunicação, absorveu-se o poder legislativo no executivo, emendou-se a Constituição permitindo a reeleição. Com a morte de Evita seu governo ficou debilitado. Além de enfrentamentos com a Igreja Católica, Perón reduziu o espaço da oposição política que produziu uma resistência ao regime, promoveu um plano econômico que incluía o congelamento de salários e a retirada do nacionalismo econômico. Esse conjunto de fatores acarretou em um novo golpe militar no ano de 1955 e ao exílio do líder e fundador peronista. Em 1970, radicalistas e peronistas se uniram em uma coalizão conhecida como Multipartidária a fim de terminar com a exclusão dos partidos políticos, medida essa tomada pela ditadura instaurada em 1966, e apoiaram um regime democrático. Dessa forma, começaram a visualizar-se menos como um movimento majoritário e mais como um sistema de partidos institucionalizados (McGUIRE, 1996).

O governo peronista foi retomado em 1973 e Perón eleito em setembro desse ano. Nesse novo cenário, abriu-se um espaço político para um papel partidário maior, embora esse não tenha

durado muito, Perón mostrou-se favoravelmente disposto, pela primeira vez, a institucionalização do recentemente legalizado Partido Justicialista. Entretanto, com sua morte no ano seguinte, a falta de experiência de sua esposa, Isabel Perón, que assumiu o poder como sua Vice-presidente, somado a dispersão dos então apoiadores do governo, uma forte inflação, a violência política e o panorama de ditaduras que se formavam na América do Sul, os militares deram mais um golpe no governo nacional (ROMERO, 2006).

3.1.2 Golpes de Estado e a Queda do Regime Militar

Em 1930 aconteceu o primeiro golpe militar argentino do século XX, que seria sucedido de mais cinco ao longo das décadas. Dente eles, quatro primeiros golpes criaram ditaduras provisórias, enquanto os dois últimos foram ditaduras permanentes. O Golpe de 1930, segundo a explicação de McGuire (1996), ocorreu devido à negativa de um espaço político para a oposição conservadora e ao crescente predomínio do radicalismo da classe média urbana frente aos interesses da elite rural. Nos primeiros meses foi decretado Estado de Sítio, o Congresso foi dissolvido e houve perseguição política e ideológica de opositores, partidos e atividades partidárias em geral. Embora a ideia inicial não fosse chamar eleições, elas ocorreram de forma fraudulenta em 1931, dissimulando a vitória do General Justo. Esse movimento militar teve como consequência haver ensinado várias gerações de futuros de militares o caminho mais curto a casa rosada (HISTORIA ELECTORAL ARGENTINA, 2008).

Nas vésperas das eleições de 1943, frente ao cenário da II Guerra Mundial, uma corrente militar de cunho nacionalista, depôs o presidente em exercício e interrompeu a ordem constitucional pela segunda vez. Tal grupo não simpatizava com presidente latifundiário e alinhado a interesses americanos, bem como se preocupavam que os governos conservadores poderiam acabar levando a população, insatisfeita, a apoiar o comunismo, visto que as bandeiras vermelhas nas manifestações operárias e a presença nas ruas do Partido Comunista pareciam sinais de um futuro pós-guerra e para enfrentá-lo era preciso paz e ordem. O centro das discussões e decisões ficou no Ministério da Guerra e, a fim de calarem a agitação social, comunistas foram banidos e sindicatos perseguidos. Intervieram na CGT e nas universidades, dissolveram partidos políticos, impuseram o ensino religioso nas escolas públicas e constituíram um regime militar autoritário, antiliberal e messiânico. No entanto, com a rápida ascensão de Perón dentro de o grupo militar, com suas políticas de apoio aos trabalhadores, sindicatos e fazendo as reformas trabalhistas, não tardou para que em 1946 houvesse novamente eleições presidenciais e Perón fosse eleito Presidente da Nação (ROMERO, 2006).

O terceiro golpe militar ocorreu em 1955, acarretando no exílio de Perón. A Constituição de 1949 foi revogada e houve um racha dentro do governo entre peronistas e antiperonistas, onde os

primeiros foram reprimidos com extrema violência. Em 1957 o governo militar acuado por conta de dificuldades econômicas, crescente oposição sindical e política começou a organizar sua saída e chamou novas eleições. No pleito de 1958 ganhou Frondizi pela UCRI, dissidência da UCR, sendo uma de suas medidas, privilegiar as leis sociais e trabalhistas do peronismo. Nas eleições de parlamentares de 1962 os partidos neoperonistas saíram vencedores, elegendo, inclusive, governador na província de Buenos Aires. Nesse mesmo ano as Forças Armadas aplicaram o quarto golpe de estado argentino. Frondizi foi deposto e substituído pelo presidente do Senado, José María Guido, a fim de salvar um fiapo de institucionalidade (Romero, 2006). Guido governou sob a tutela das Forças Armadas que se alternavam entre facções militares antiperonistas de linha dura e linha branda. Em 1963, frente a uma nova eleição, os peronistas optaram por votar em branco e boa parte de seus votos migraram para Arturo Illia, concorrendo pela UCR do Povo, força antiperonista, que acabou ganhando (ROMERO, 2006).

Previamente ao Golpe seguinte, do ano de 1966, os partidos políticos não conseguiam representar os interesses da sociedade. *“Ninguém tinha muita fé na Democracia, nem mesmo nos partidos políticos que deviam defendê-la. Tratava-se sem dúvida de uma democracia fictícia e de pouca legitimidade”* (ROMERO, 2006. p.157). Dessa forma, em junho de 1966 os militares deram o quinto golpe da história da Argentina no século XX.

O golpe militar de junho de 1966 se autodenominou “Revolución Argentina”, frente o mando do General Onganía, tomariam o poder, em 29 de Junho de esse mesmo ano. Os militares acreditavam que para solucionar a crise de autoridade, a intranquilidade das forças de trabalhadores e a indisciplina social, deveriam abandonar o modelo de intervenção tutelar e participar nos assuntos de governo. O “Estatuto de la Revolución Argentina” eliminou a divisão de poderes e autorizou o Presidente a nomear governadores de província, que por sua vez, exerciam os poderes executivos e legislativos locais. A junta designou como Presidente o General Juan Carlos Onganía. (HISTORIA ELECTORAL ARGENTINA, 2008, p. 120, tradução nossa).

Segundo Romero (2006), tal golpe foi aprovado por grande parte dos empresários, maioria dos partidos e até entre grupos da extrema esquerda, satisfeitos com o fim da democracia “burguesa”. A primeira etapa do governo foi caracterizada por um “choque-autoritário”: o parlamento foi dissolvido – concentrando-se ambos os poderes na mão do presidente – e os partidos tiveram seus bens confiscados e vendidos. Ministérios foram reduzidos e foi criado um Estado-Maior da presidência que somava o Conselho de Segurança, Desenvolvimento Econômico e Ciência e Tecnologia. A repressão ao comunismo aumentou, universidades sofreram intervenção e perderam sua autonomia acadêmica, a censura estendeu-se às manifestações mais diversas, desde minissaias, cabelos compridos, passando pelo amor livre e divórcio, que, para a Igreja, era a antessala do comunismo. Os protestos sindicais foram silenciados com violência. No entanto, em 1969, frente ao “Cordoba-

zo”¹³, iniciou-se uma onda de manifestações que, somadas a uma nova crise financeira, conflitos sociais e perda do apoio do empresariado, o governo militar trocou o presidente e em 1972 alterou a Constituição para chamar novas eleições diretas para Presidente e Senadores, sendo exigindo maioria simples dos votos já no ano seguinte (ROMERO, 2006).

Nas eleições de maio de 1973, Cámpora, delegado eleitoral de Perón, foi eleito pela Frente Justicialista de Liberação. Seu lema era “Cámpora no governo, Perón no poder”. Em junho Perón regressou ao país. No mês seguinte O Presidente e seu Vice renunciaram, e o Presidente da Câmara dos Deputados chamou nova eleição aonde a chapa Perón-Perón (Juan Perón e Isabel Perón) saiu eleita com 62% dos votos. No ano seguinte, Perón morre deixando Isabel no poder. Em 1976 os militares aplicaram o sexto e último golpe de Estado da história da Argentina, nomeando o General Videla como Presidente (ROMERO, 2006).

O golpe foi uma operação de repressão planejada pelas Forças Armadas anos antes. A repressão foi uma ação sistemática utilizada pelo Estado durante a última ditadura. Os partidos e toda atividade política foram interditados, assim como os sindicatos. Os meios de comunicação foram censurados e artistas e intelectuais vigiados: “*a cultura do medo se impôs numa sociedade imobilizada e sem reação*” (ROMERO, 2006 p. 200). Romero (2006) segue informando que governo militar nunca conseguiu despertar nem entusiasmo nem adesão explícita da sociedade e em 1980, frente a uma nova crise econômica que mexeu com o país, somada à opinião internacional que era contrária ao regime e o enfraquecimento interno dos militares, o regime começou a perder legitimidade. A Igreja, inicialmente apoiadora do governo militar, ao ver que esse se enfraquecia, mudou seu comportamento, afirmando em 1981 seus princípios republicanos e mostrando apoio à democracia.

Protestos começavam a crescer, entre os precursores estava o movimento das Mães da Praça de Maio, que foi criado em meio à repressão. Cobrando respostas, dando seu testemunho doloroso, em nome de princípios como a maternidade – que não podiam ser questionados como subversivos pelos militares – essas mães atacaram o centro do discurso repressivo, chamando atenção da comunidade internacional. Tal clima começou a motivar os partidos políticos a se (re)organizarem. Como resultado, foi formada a Multipartidária que passou a se incorporar aos protestos de empresários, sindicalistas e grupos de direitos humanos. Frente a essa pressão, os militares começaram a discutir sua saída da política. No entanto, com a morte do Gen. Viola, substituto de Videla, o Gen. Galtieri

¹³ Na cidade de Córdoba em Maio de 1969 houve uma forte agitação sindical no centro industrial onde estavam as principais fábricas de automóveis. Grupos de estudantes e operários ganharam o centro da cidade. A CGT organizou uma greve geral. Houve uma fortíssima repressão policial. Barricadas foram erguidas, fogueiras para combater o gás lacrimogêneo. O exército interveio e deu fim ao movimento, com certa dificuldade. Tais acontecimentos foram procedidos por uma onda de protestos estudantis em diversas universidades, bem como desencadeou uma nova atividade sindical, organização de Ligas Camponesas, protestos nos subúrbios, entre outros movimentos.

assumiu a presidência. Em 1982 lançou o plano para ocupar as Ilhas Malvinas, pois, do ponto de vista militar, uma vitória permitiria unificar as Forças Armadas ao redor de um objetivo comum e conquistar a legitimidade do regime. Contudo, com a derrota da guerra, a crise militar agravou-se e os militares viram-se obrigados a deixar o poder. (ROMERO, 2006).

Na medida em que a repressão retrocedia e o discurso dos militares perdia legitimidade o povo saía às ruas e questionava os problemas da sua sociedade. Formaram-se diversos grupos, desde associações de bairros, de donas de casa, passando pela volta do ativismo das universidades e foram retomadas as práticas de participações sindicais. Após os abalos da crise econômica e da derrota militar, a saída dos militares do poder na Argentina ocorreu em torno de um programa de reinstitucionalização sem prazos definidos. Tentaram buscar um acordo entre os partidos políticos para uma série de questões, dentre as quais, a garantia de que não seriam investigados quaisquer atos cometidos pela ditadura. Entretanto, tais propostas foram rechaçadas tanto pela opinião pública quanto pelos partidos que chamaram uma marcha civil em defesa da democracia (ROMERO, 2006).

O governo militar da transição herdou um regime tão desacreditado, consequência da derrota militar, do colapso econômico e das violações dos direitos humanos, que não pode assinar um acordo com os políticos civis para resguardar seus interesses em troca de seu afastamento da política (McGUIRE, 1996, p. 179).

Dessa forma, novas eleições foram marcadas para outubro de 1983. Iniciava-se, assim, um período de transição democrática no país.

3.1.3 Pós-ditadura: transição democrática e neoliberalismo

Com o fim do período ditatorial, os principais partidos acabaram se restaurando. De um lado *“as transformações do peronismo foram incríveis, pois o velho movimento, sem em tensão com a democracia, se transformou em um partido aceitável”* (Romero, 2006, p. 227). De outro, o radicalismo, se renovou impulsionado por Raúl Alfonsín, que com o fim do governo dos militares, fez da democracia sua bandeira. Radicais e peronistas concorreram às eleições de 1983, sendo Alfonsín eleito e derrotando os peronistas, *“por primera vez en su historia, fue derrotado en elecciones abiertas y competitivas”* (CALVO; ESCOLAR, 2005, p. 337).

3.1.4 Governos Presidenciais e o neoliberalismo (1983 – 2007)

Uma das principais medidas de governo de Raúl Alfonsín (1983 – 1989) foi tentar reorganizar a economia, que desde 1981 estava caótica: inflação alta e descontrolada, dívida externa multiplicada, economia estagnada, Estado carente de recursos sem possibilidade de atender as mais variadas reivindicações da sociedade como educação, saúde, ajustes salariais. Medidas sociais foram exe-

cutadas na tentativa de melhorar situação dos setores médios e populares e satisfazer necessidades de justiça e igualdade social, não sendo bem aceitas pelos setores empresariais que pediam o liberalismo contra o chamado populismo estatal. Em 1985 lançou o Plano Austral, com o objetivo de estabilizar a economia em curto prazo, mas plano não durou muito tempo. Houve a volta dos conflitos sociais e o governo não encontrou outra solução se não se aliar aos grandes grupos corporativos, ideia que combatera até então. “*Renunciava-se ao sonho de controlar as corporações, encerrava-se a fase da ilusão da supremacia do interesse público, e os interesses particulares dos diferentes setores da sociedade voltavam a predominar, e entre eles, os mais poderosos*” (ROMERO, 2006, p. 244).

De acordo com Romero (2006), frente a esse panorama, a incerteza em torno da capacidade do governo democrático em resolver a situação começou a crescer. Para o governo, o fundamental era eliminar o autoritarismo e encontrar os modos autênticos de representação da vontade cidadã. As ordens gerais foram: a modernização cultural, a ampla participação, o pluralismo e o repúdio ao dogmatismo. Por conta disso, começaram a ocorrer enfrentamento da Igreja, e seu questionamento aos radicais por conta da modernização cultural com um tom cada vez mais laico dentro das instituições do Estado que, entre outras medidas, aprovou o divórcio. Os sucessos nesse campo serviram para fortalecer as instituições democráticas locais, ainda precárias.

Entre alguns pontos marcantes do governo esteve a resolução da questão dos *carapintada*. Sofreu fortes enfrentamentos do movimento sindical, como greves gerais e diversas mobilizações atreladas a outros grupos como aposentados, Igreja, grupos de esquerda. Mesmo assim, manteve-se aberto ao diálogo e negociações e conseguiu resistir bem ao embate sindical. Em 1988, lançou um novo plano econômico, que tinha por objetivo chegar às eleições com a inflação controlada, entretanto, o plano enfrentou dificuldades. Menem ganhou as eleições em maio de 1989 e logo em seguida estourou uma hiperinflação no país, chegando a ocorrer saques a supermercados sob uma forte repressão policial. Nesse cenário Alfonsín renunciou no mês de julho, seis meses antes do prazo, ficando evidente que o governo não tinha condições de segurar a grave crise que se impunha sob o país (ROMERO, 2006).

Carlos Menem, membro do partido Justicialista assumiu em julho de 1989 (1989 – 1999), primeira sucessão constitucional desde 1928 e a primeira vez desde 1916 que um presidente passava o poder para um candidato da oposição, o que confirmava a consolidação do regime democrático reestabelecido em 1983. No campo econômico, uma das primeiras medidas para conter a crise foram duas leis importantes: a Lei de Emergência Econômica, que consistia em suspender todo o tipo de subsídio, privilégio e regimes de incentivo, autorizando, inclusive, a demissão de funcionários públicos; e a Lei de Reforma do Estado, que privatizou uma série de empresas estatais, dentre elas a

Entel de telefonia e a Aerolíneas Argentinas, de aviação. Além disso, o Congresso autorizou o aumento de juízes na corte suprema a fim de o governo garantir maioria para suas decisões. Em 1989 houve uma nova onda de hiperinflação e novamente os saques e o pânico. Em meio a escândalos de corrupção Domingo Cavallo assumiu o Ministério da Economia. Foi ele quem instaurou a medida de paridade cambial fixa: 1 peso = 1 dólar. Inicialmente tal pedido surtiu efeito, a inflação foi controlada e a Argentina recuperou a confiança dos investidores. Seguiu-se, então, três anos de crescimento econômico, inclusive com anos de *superávit*. Por outro lado, o desemprego foi notável. Cada privatização era acompanhada por grandes levas de demissões. Com a abertura econômica, as empresas privadas tiveram de rever seu processo de produção a fim de reduzir custos. Em 1993 o desemprego estava na faixa de 10%, histórico para o país, pequenos e médios empresários quebraram. Tal cenário levou às primeiras manifestações de descontentamento da nova ordem. Para honrar os compromissos com os credores, novos empréstimos eram necessários e obtidos sem a preocupação com uma política de longo prazo (ROMERO, 2006).

A corrupção foi amplamente usada no governo para apagar resistência, cooptar adversários, sendo praticada abertamente. Nas palavras de Romero (2006), o país era governado por uma quadrilha. Menem soube levar bem seu governo com a política de reformas, tanto que fora do peronismo, sofria um mínimo de oposição e começou a pensar na reeleição. Quanto ao exército, encontrou um chefe notável que manteve a disciplina e a subordinação desse em meio a circunstâncias difíceis. Por parte da Igreja, encontrou apoio no arcebispo de Buenos Aires. Outro apoio importante recebido foi com os governos dos EUA tanto de Bush quanto de Clinton. Apesar da dureza dos ajustes, seu governo não enfrentou muita resistência até meados de 1993, quando organizações sindicais não identificadas com o peronismo conseguiram coordenar protestos e greve geral. Ainda nesse ano houve manifestações violentas de funcionários estatais, ao qual o governo se sensibilizou (ROMERO, 2006)

Em 1991 Menem começou a falar em reforma constitucional para permitir sua reeleição, pauta essa que já havia sido lançada por Alfonsín em 1986. Ambas figuras encontraram-se em segredo e negociaram a reeleição junto a uma série de modificações de interesse da UCR a fim de conseguir maioria para aprovar a reforma constitucional. Dentre elas estavam a eleição o direta, com segundo turno, redução do mandato para quatro anos, com possibilidade de uma reeleição, cargo de chefe do governo, eleição direta para senadores incluindo 1/3 para minoria, eleição direta para governo de Buenos Aires, Conselho Da magistratura para nomeação de juízes. Com dificuldade Alfonsín conseguiu que a UCR aceitasse o acordo (ROMERO, 2006).

Cavallo, devido a crise internacional lançou uma segunda Reforma do Estado com novas privatizações. A crise mexicana impactou duramente a Argentina, que teve um *deficit* fiscal e uma

recessão acelerada, aonde o desemprego chegou a 18%. Na campanha de reeleição, Menem defendia a ordem e a estabilidade, enfrentando uma UCR enfraquecida. Assim, nas eleições de 1994, houve um crescimento da Frente Grande integrada por peronistas dissidentes, democratas cristãos, militantes dos direitos humanos, chegando a obter 12% dos votos. Mesmo assim, Menem foi reeleito com quase 50% dos votos. (ROMERO, 2006).

No seu segundo mandato, os problemas com os peronistas tradicionais se gravaram. Conseguiu contornar a crise econômica, entretanto, a dívida externa crescia, passando de 60 bilhões em 1992 para 100 bilhões em 1996. A tendência foi a restrição: aumento dos juros, recessão, ajustes e reformas. Ou seja, o governo ficou entre as exigências de ajustes mais fortes e as demandas de uma sociedade cada vez mais contestadora.

Ainda segundo Romero (2006), os peronistas tradicionais anunciaram o forte mal-estar social, que afetava suas bases eleitorais. Reclamaram contra uma política que agora consideravam pouco peronista e excessivamente apegada às normas do FMI. Um escândalo sobre a corrupção ganhou a discussão pública e resultou na demissão do ministro da economia, Cavallo. O novo ministro acabou por seguir uma linha liberal ainda mais ortodoxa, como o aumento do preço do combustível, a demissão de funcionários públicos e demais cortes no orçamento, além de ter acelerado algumas privatizações pendentes como correios e aeroportos e deixou a YPF (empresa pública de combustíveis) em poder RAPSOL (empresa privada do ramo de petróleo), tudo a fim de fazer caixa.

Em 1997 quebraadeiras começaram em vários países do mundo, entre eles o Brasil que desvalorizou a moeda no início de 1999, o que afetou diretamente a Argentina. O governo forçado a aprofundar os reajustes sem margem para negociar começou a sofrer pressão social cada vez mais forte. Organizações sindicais como a CGT chamaram uma greve geral e a oposição política, FREPASO e UCR estimularam o protesto dos cidadãos seguidos de outras categorias que também protestavam. Houve fortes e violentos choques entre a polícia e os manifestantes. Ou seja, nesse momento ressurgia a política das ruas, desta vez amplamente noticiadas pela mídia (ROMERO, 2006).

Perto das eleições de 1999 começou uma disputa clara dentro do peronismo entre Duhalde, então intendente de Buenos Aires, e Menem, que mesmo legalmente não podendo ser reeleito, também pensava em um novo governo e tentou fazer com que isso ocorresse. Duhalde concorreu à eleição de 1999 sem grande apoio do partido Justicialista e acabou perdendo as eleições. Por outro lado, desde 1995 a FREPASO (dissidentes do PJ, UCR, Unidade Socialista e outros grupos de esquerda e populistas) começou a ter um bom desempenho eleitoral. Sem repudiar os problemas econômicos, deu força aos problemas sociais gerados nos governos anteriores e as questões éticas e políticas como a corrupção e deterioração das instituições. A UCR se recuperou e conseguiu eleger Fernando de

la Rua com prefeito de Buenos Aires em 1996 e posteriormente concorreu como Presidente da Nação. Desde 1995 UCR e FREPASO começaram a alinhar-se com a convicção de que juntas poderiam vencer o justicialismo. Na campanha formaram a *Allianza* com a proposta de dar ênfase à recuperação da equidade social e das instituições republicanas, além da luta contra a corrupção (ROMERO, 2006).

O presidente eleito Fernando de la Rúa (1999 – 2001) recebeu um governo limitado e condicionado pela crise econômica, bem como teve dificuldades para transformar a aliança eleitoral em força governamental. Segundo o porta-voz de De la Rúa no governo, Juan Pablo Baylac, a *Allianza* se desiluiu no momento em que assumiu a responsabilidade de governar o país (DOCUMENTA, 200-?). Seu governo passou por um forte aumento de imposto, gerado através de um acordo com o FMI a fim de pagar o *deficit* deixado pelo governo anterior. Envolveu-se em denúncias de pagamento de propina ao Congresso para efetuar uma reforma laboral, o que ajudou na deterioração do governo (QUIROGA, 2010).

Quiroga (2010), explica que em outubro de 2001 o vice-presidente da Argentina, Chacho Álvarez, chefe político da FREPASO, renunciou ao cargo, o que acabou por acarretar em uma desconstrução no poder e gerando uma crise de governabilidade. Para Calvo e Escolar, “*Fue en un marco de crisis económica y creciente exclusión social que se disolvió la Alianza entre el Frepaso y la UCR, sellando el certificado de defunción del tradicional bipartidismo Argentino*” (CALVO; ESCOLAR, 2006, p. 3). Somado a isso, no campo econômico as ações efetuadas como tentativa de controlar a economia não estava tendo o retorno esperado. Devido a isso, houve duas renúncias consecutiva de Ministros da Economia, cargo então novamente assumido por Cavallo.

Para Quiroga (2010), a política e a ação governamental foram objetos de severos questionamentos a partir das eleições de outubro de 2001 durante o governo da *Allianza*. O que começou com um profundo mal-estar dos cidadãos com a representação terminou em uma crise institucional sem precedentes. A crise de 2001 foi a manifestação mais visível de uma esfera política deslocada da sociedade argentina desde 1983. A violência social e a desolação institucional, para Quiroga, desenharam uma paisagem imprescindível para a estabilidade democrática, que felizmente não se estendeu. (Quiroga, 2010). Uma das medidas tomadas foi o chamado “*Corralito*”, em que o governo limitou os saques semanais que os cidadãos poderiam efetuar. Como consequência o povo respondeu a tais medidas indo pra rua protestar pelo que ficou conhecido como “*Cacerolazo*” com o chamado “*QUE SE VAYAN TODOS*”. Além disso, a população começou a saquear supermercados, o que resultou em uma forte violência de repressão policial. Alguns protestos foram espontâneos, outros, maquiados por interesses políticos. (QUIROGA, 2010; DOCUMENTA, 200-?). O presidente, frente a tal situação de caos social, decretou Estado de Sítio, o que agravou ainda mais a situação. Nos

enfrentamentos 30 pessoas morreram nas ruas. Dessa forma, não havia mais o que ser feito e De la Rúa renunciou em 10/12/2001.

Com a renúncia de De la Rúa, entre os dias 21 de dezembro de 2001 até 01 de janeiro de 2002, a presidência do país passou por quatro presidentes diferentes. Logo após sua saída, o presidente provisional do Senado, Ramón Puerta, assumiu a presidência, pois o vice já havia renunciado. Dois dias depois, Adolfo Rodríguez Saá foi eleito presidente pela Assembleia Legislativa e renunciou ao cargo em 31 de dezembro do mesmo ano. Nesse mesmo dia o presidente interino Eduardo Camaño, então presidente da Câmara dos Deputados, assumiu o cargo. Por fim, em 1º de janeiro de 2002. Eduardo Duhalde, membro do partido Justicialista, foi nomeado presidente da nação pela Assembleia Constituinte até 2003. (DOCUMENTA, 200-?)

O governo de Duhalde (2002 – 2003) frente à nação Argentina aconteceu com a promessa de encerrar com um modelo esgotado de governo. Tinha como propósito recuperar a produção nacional, o emprego, o mercado interno e promover uma forma de distribuição de riqueza mais justa, além de mudar o modelo de convertibilidade cambial adotada no governo Menem. Definiu seus objetivos em duas linhas principais: desvalorização da moeda e uma reforma política, que buscariam dar resposta aos problemas gerados pela desordem econômica e política. Seu governo teve apoio do radicalismo, principalmente de Buenos Aires, de dirigentes da FREPASO e alguns setores empresariais (QUIROGA, 2010).

No contexto dos conflitos sociais, os desempregados converteram-se no eixo da política assistencial do governo, devido ao grande número de pessoas atendidas e pela importância dos recursos designado. O plano foi implementado em 2002 e posteriormente mantido pelo governo Kirchner; entretanto, isso não resolveu o problema do desemprego e os conflitos sociais não cessaram. Já no que toca a reforma política, embora tenha gerado expectativas na sociedade, ela não alcançou um nível de aprovação no Congresso ou não se aplicaram. Houve, ainda, um aumento nas repressões sociais que culminou em junho de 2002 a morte de dois jovens *piqueteros*. Após esse fato, Duhalde antecipou as eleições do ano seguinte bem como sua saída do governo para maio de 2003. Segundo Quiroga (2010), a melhor coisa a ser feita foi ter antecipado as eleições para abril de 2003, o que permitiu renovar a confiança na democracia eleitoral e que finalmente resultou na saída da crise. Nas eleições de 2003 os peronistas abriram mão das eleições internas do partido e lançaram três candidaturas¹⁴: Carlos Menem, Néstor Kirchner e Rodríguez Saá. Segundo Mocca, “*as eleições presidenciais*

¹⁴ O presidente Duhalde viu-se obrigado a ensaiar diferentes alternativas no interior do partido Justicialista para bloquear a vitória de Menem [...] a convenção partidária decidiu não resolver por eleições internas a candidatura justicialista e apresentou três pré-candidatos para que se apresentassem nas eleições, não sem determinar que não pudesse utilizar sua sigla e seus símbolos para esses fins (MOCCA, 2005 p. 53).

de abril foi, na prática, uma disputa entre figuras, coalizão e agrupamentos criados para sustentar candidaturas circunstanciais, mais que uma competição entre partidos”. (MOCCA, 2005 p. 53-54).

Em consequência, logo das atípicas eleições legislativas de 2001, nas quais houve níveis *record* de abstenção e votos nulos e brancos, desta vez os votantes concorreram massivamente às urnas e votaram por alguns candidatos [...] A campanha, foi muito dinâmica e competitiva, devido a existência de muitas forças que disputaram o mesmo eleitorado. La incerteza existiu durante todo o período, donde nenhum candidato podia atribuir-se como vencedor absoluto (HISTORIA ELECTORAL ARGENTINA, 2008, p. 179, tradução nossa).

Kirchner, nesse momento, estava estruturado numa frente de centro-esquerda às margens estrutura partidária. Por ter fracassado com outras tentativas, Duhalde resolveu então apoiá-lo. Como resultado, alcançou a segunda posição nas eleições do primeiro turno, indo para o segundo junto com o ex-presidente Carlos Menem. Entretanto, Menem abandonou o pleito no segundo turno, atitude essa tida por desleal e vergonhosa por parte de alguns analistas (MOCCA, 2005) e defendem que Menem, com esse ato, tinha a intenção de subtrair a legitimidade de origem do novo presidente, além de ter tentado deslegitimar o processo eleitoral com denúncias de fraudes que voltaram contra ele mesmo (CHERESKY, 2003).

Néstor Kirchner (2003 – 2007) acendeu ao poder sabendo que sua tarefa primeira era o reestabelecimento pleno da autoridade presidencial, assim, uma das medidas para essa situação foi a instauração de uma democracia baseada na opinião pública (QUIROGA, 2010; CHERESKY, 2003). Desde o início do seu governo procurou uma forma de acumulação de forças em duas direções: dentro do próprio partido e por fora dele, em um amplo espaço de centro-esquerda. Necessitava do apoio do partido no Congresso ao mesmo tempo em que descartava a chefia do partido e seus rótulos para não dar possibilidades frente aos não peronistas que integrariam o espaço progressista. Todo o apoio vindo da área dos direitos humanos e de uma cultura de esquerda lhe interessava para sustentar um imaginário centro esquerdista, ou seja, agiu de forma transversal (QUIROGA, 2010).

Como presidente, segundo Quiroga (2010), além de adotar um estilo enérgico de decisões, redefiniu a agenda política, que fortaleceu o apoio da sociedade ao seu governo. Colocou em primeiro plano questões políticas e éticas, como os Direitos Humanos e promoveu a investigação do Terrorismo de Estado da última ditadura. Porém, já em 2004 o governo começou a abandonar a política da transversalidade e inclina-se para uma política conciliadora junto ao justicialismo. Promoveu uma renovação da Suprema Corte, e teve um discurso firme frente às posições e pretensões do FMI, tendo cancelado a dívida argentina. Na política exterior alinhou-se com países sul americanos como Brasil, Venezuela, ajudando a fortalecer e expandir o MERCOSUL.

No campo econômico houve um crescimento, permitindo recomposição entre as classes populares e o desemprego apresentou uma queda. O presidente acabou por desenvolver uma estratégia de poder que privilegiava a relação direta com a opinião pública, prescindindo das estruturas partidárias. A firme liderança do presidente contribuiu para revalorizar a figura do presidente e contribuiu para reconstruir a institucionalidade. Nas eleições legislativas de 2005 completou sua legitimidade, visto obtiveram 40% dos votos e de certa forma marcou o início de uma gestão independente da liderança e influência de Duhalde. Nesse período inicia-se o Kirchnerismo que se manteria no governo seguinte sob o comendo da esposa do então presidente, Cristina Kirchner (QUIROGA, 2010).

Assim, fechando o contexto histórico político argentino, pudemos verificar que durante muito tempo os partidos políticos comportaram-se muito mais ao estilo movimentista do que como partidos institucionalizados. Ao longo da história, a Argentina viveu uma sequência de rupturas institucionais durante o século XX. Já no século XXI, esse se iniciou com outra ruptura, mas dessa vez sem a quebra do regime democrático. Já no período de redemocratização, verificamos uma forte pressão do neoliberalismo na economia, que contribuiu para a crise que viria na virada do século e encerramos no início da Era Kirchner, com o governo de Néstor Kirchner estabilizando a crise que se abatera nos anos anteriores.

3.2 URUGUAI

O Uruguai nasceu como país em 1825 e em 1830 foi assinada a primeira Constituição. A democracia uruguaia é considerada uma das mais antigas do mundo. O regime baseia-se, conforme nos explica Lanzaro (2013), em um sistema de partidos plural e competitivo, de longa duração que alcançou um alto grau de institucionalização. Inicialmente formado como um sistema bipartidarista dominante até a década de 1960, tendo a sua sombra os ditos partidos de ideias¹⁵. Embora durante muitos anos não tivesse havido alternância de partidos no poder, o sistema nunca deixou de ser plural e competitivo, sendo a oposição constante e organizada.

3.2.1 Partidos Políticos: Bipartidarismo

Ainda no século XIX, o poder estava dividido entre dois principais grupos políticos: blancos e colorados. O Partido Nacional (Blancos) foi fundado em 1836, e igual aconteceu com o Partido Colorado. Enquanto que os nacionalistas refletiam os interesses do interior rural, os colorados representavam os interesses dos centros urbanos, particularmente Montevideú, e refletiam os grupos sociais emergentes, oriundos da vinda de mão de obra imigrante¹⁶. A principal divisão social,

¹⁵ "Partidos de ideias" (Partido Socialista, União Cívica, Partido Comunista), fundados precisamente quando se assenta a democracia eleitoral, a partir do ano chave de 1910. No início, e por muitas décadas, foram partidos ideológicos, com escassa convocatória eleitoral. Passaram a ganhar importância a partir da década de 1930 e 1940.

¹⁶ (Lipset, S. y Rpkkan, S. (1967) apud Gutierrez) GUTIÉRREZ, Pablo Valenzuela. Estabilidad presidencial y

associada com a oposição de tais partidos, foi a divisão rural-urbana. Tais partidos, tidos como tradicionais, detiveram o poder na maior parte da história uruguaia, perdendo sua hegemonia no governo nacional somente em 2005, quando uma coalizão de esquerda ganhou pela primeira vez as eleições presidenciais (FREGA, 2008).

Ainda no século XIX, as práticas fraudulentas em eleições eram recorrentes. Um dos motivos disto eram os mecanismos eleitorais então vigentes, que tendiam a causar obstáculos às ações da oposição, logo, parte do público eleitoral não votava, pois pressupunha que as eleições tinham resultados previamente estipulados (CAWEN, 2008). Tal situação levou os opositores (Partido Nacional) a recorrentes abstenções no processo eleitoral e a um movimento armado entre os anos 1894 e 1904. Dentre as pautas reivindicadas, estava uma maior e mais estável coparticipação¹⁷ no governo frente à política do exclusivismo colorado. “*Com esse regime coparticipativo, os setores de oposição – como tais – conquistaram uma participação direta na administração pública.*” (Lanzaro, 2013, p.248). Tais partidos sempre estiveram fortemente relacionados com o Estado e vieram a favorecer o clientelismo (troca por empregos, pensões, facilitar gestões públicas), a fim de manter ou aumentar seu eleitorado, prática essa frequente no relacionamento entre esses partidos e a sociedade civil (CAWEN, 2008).

Em 1904 aprovou-se a *Ley del Tercio*¹⁸, não sendo essa suficiente, em 1907 a Assembleia Nacional, de maioria colorada, aprovou uma lei que aumentava a participação de minorias eleitorais e, em 1910, votou-se a *Ley de Elecciones Políticas*, que fundou as bases do regime eleitoral. Nela estava inclusa a lei de representação proporcional nos departamentos mais povoados e a *Ley del Doble Voto Simultáneo*¹⁹. Para o sociólogo Aldo Solari, essa última lei se encaixava bem na conjuntura política, pois “*serviu para manter a unidade dos grandes partidos pese suas fraturas internas, satisfazia aos que queriam afirmar a preeminência dos partidos e aos que desejavam fortalecer a liberdade do eleitor*”. (SOLARI, 1991, p. 132, tradução nossa). A partir de 1916 “*iniciou-se uma política de compromissos entre os principais partidos políticos e suas facções internas com vistas a garantir um mínimo de governabilidade*” (SOUZA, 2003, p. 55) e em 1918 se estabelece uma nova constituição que adotou os traços mais característicos do sistema eleitoral que duraria até 1994. O sistema de coparticipação foi sendo aperfeiçoado até sua consagração

democracia em Uruguay: una mirada a três momentos. Revista Divergência N° 1 ano 1, Chile, 2012. p.55-72. Disponível em: < http://www.academia.edu/1781457/Democracia_y_estabilidad_presidencial_en_Uruguay_Una_mirada_a_tres_momentos> Acesso em 10 nov. 2013.

¹⁷ Nesse sistema passou a existir a distribuição de chefias políticas nos departamentos mediante acordos entre os líderes regionais dos partidos e seus caudilhos. Esses pactos duraram até o início do século XX, quando os departamentos passaram a ter autoridades eleitas. Posteriormente o regime se instalou a nível nacional (Lanzaro, 2013).

¹⁸ Essa lei garantia à minoria um terço dos cargos de um departamento.

¹⁹ Num mesmo ato votava-se em um partido político e em uma lista de candidatos, com a possibilidade de incorporar sublegendas para indicar as distintas tendências dentro de um mesmo partido.

constitucional em 1952.

Segundo nos explica Cawen (2008), a democracia política uruguaia nasceu de fato com as eleições da Convenção Nacional Constituinte eleita através do voto popular em 1916 a fim de estabelecer uma reforma constitucional. Na Constituição de 1918 consagrou-se o voto secreto, a representação da minoria ganhou espaço, assim como a coparticipação política. As mulheres passaram a participar das eleições em 1938 e em 1970 o voto se tornou de efetivamente obrigatório. Em conjunto com a ampliação da cidadania, foram acontecendo reformas legislativas e constitucionais que garantiram maiores garantias eleitorais à população.

Em 1923, formou-se uma comissão parlamentar, aonde foi estabelecida uma série de mecanismos para aumentar as garantias eleitorais e desarticular mecanismos de fraudes. Dentre as mudanças, estavam a impressão digital e a fotografia como elementos comprobatórios da identidade do eleitor. Tais mecanismos contribuíram para dar confiança aos cidadãos sobre a transparência eleitoral. Como exemplo disto, em 1980 se plebiscitou uma reforma constitucional proposta pelo então governo militar e o resultado foi contrário, ainda segundo a autora, o triunfo do “NO” tem sido considerado um claro exemplo da solidez dos valores democráticos na sociedade uruguaia e da transparência e rigorosidade dos mecanismos eleitorais (CAWEN, 2008, p. 326). Para Serna (1998), uma das características da cultura política uruguaia é que a confiança na resolução eleitoral dos dissensos políticos é uma constante, todos os atores políticos aceitam o ato eleitoral como uma expressão cidadã legítima – e inapelável – do jogo democrático. (SERNA, 1998 p. 149).

A política uruguaia foi sempre feita por meio dos partidos políticos, que chamam a atenção por sua permanência e relativa estabilidade. A denominação tradicional, em contraposição aos partidos de “ideias” ou de “classe”, surgiu pelo peso que se deu a tradição – conjunto de sentimentos e valores provindos do passado – como fator de identitário e aglutinador. Conforme a institucionalidade democrática foi-se consolidando, junto dela caminharam os partidos políticos, que trocaram as armas pelas urnas como mecanismo mais eficiente para dirimir as diferenças. Estruturavam-se de forma piramidal, tendo na base clubes de bairro que aumentavam em períodos pré-eleitorais, que eram agrupados em departamentos e por sua vez em um executivo nacional e uma convenção. Segundo nos informa Cawen, (2008), esses clubes funcionavam mais como agências de transmissão de votos em períodos eleitorais do que como canal de politização.

O sistema de partidos uruguaio apresenta uma série de características que foram mantidas ao longo do século XX, entre elas um bipartidarismo aparente²⁰, hegemonia eleitoral e heterogeneidade

²⁰ É chamado de bipartidarismo porque até as eleições de 1966 os partidos ditos tradicionais acumularam 90% dos votos emitidos em eleições do Poder Executivo. O bipartidarismo torna-se aparente porque cada um dos grandes partidos estava dividido em frações de alcance nacional, com suas próprias autoridades, práticas políticas e

interna de cada um deles. O sistema eleitoral foi funcional à estrutura partidária e esteve fortemente relacionado com o Estado, adotado recursos clientelistas, ao contrário dos partidos de ideias que diferenciaram sua identidade e denunciaram essa prática. Na década de 60, em um contexto histórico ideologicamente polarizado, esse sistema começou a mostrar carências e limitações. Com a unificação do movimento sindical, a aparição de guerrilhas, a Revolução Cubana, a crescente violência estatal e as cisões dos partidos acabaram por fortalecer a esquerda e fazer emergir uma nova força política unitária em 1971, a Frente Ampla, que chegaria ao poder em 2005, quebrando a hegemonia bipartidária que atravessou o século XX (CAWEN, 2008).

3.2.2 Golpes de Estado e Queda do Regime Militar

O Uruguai vivenciou ao longo do século XX, três golpes de Estado, embora um deles, o de 1942, seja conhecido na história uruguaia como o “Golpe Bom” que culminou na Constituição de 1942. Para Marcos Souza, tratou-se de um

acontecimento puramente político, visto que o exército e as forças armadas sequer foram mobilizados [...]. O que mudou em relação do golpe de 1933 foi o fato de que o setor a ser protegido pelo Estado, a partir de então, seria o industrial, e não mais o pecuarista. E os setores populares poderiam esperar novas medidas assistencialistas, emprego público e possibilidade de ascensão social. (Souza, 2003. p. 62).

O golpe de 1933, primeiro golpe do século, teve um caráter político. As forças armadas não intervieram ativamente nem em apoio ao presidente nem em defesa das instituições democráticas, mas sim, foram as forças policiais que obedeceram ao presidente e tiveram o controle do aparato coercitivo do Estado. Tal golpe ocorreu em um cenário de crise econômica, reflexo da crise de 1929, em um cenário internacional complexo que, *“ressaltou as debilidades do modelo político e econômico instaurado pelo batllismo”* (CAWEN, 2008 p. 343). Para Souza, *“o golpe, que foi mais um movimento político que militar, careceu também de enfrentamento armado. A população reagiu com apatia a quebra institucional, de tal maneira que, no dia seguinte, mais de 20 mil espectadores compareceram a um jogo de futebol na capital”* (SOUZA, 2003, p. 60).

O presidente Gabriel Terra, constitucionalmente eleito em 1930, decretou a dissolução do legislativo e foi ele mesmo, com o respaldo dos setores conservadores dos partidos tradicionais, que levou adiante o processo golpista e recorreu às urnas para legitimar a medida *“a través do plebiscito da nova constituição [...] Uma vez que o cenário mundial mudou e o país começou a sanar sua economia, o regime e caiu por si só e houve o retorno a institucionalidade.”* (CAWEN, 2008, p. 342 – tradução nossa). A autora explica que as mudanças aconteceram principalmente nas formas de representação política dos órgãos governamentais, - que excluía a oposição em geral - e nas regras

eleitorais. Houve censura à imprensa; policiamento e proteção aos serviços essenciais como água, esgoto, telefonia; repressão; reforma do código penal; entre outros. Uma nova Assembleia Constitucional foi chamada, aonde a nova Constituição, de 1934, criava uma série de medidas, dentre elas o fim do conselho Nacional de Administração, a extensão do voto aos estrangeiros e às mulheres. Também “*estabeleceu igualdade de direitos que entrou em prática quatro anos depois fazendo que, paradoxalmente, um grande avanço democrático que se concretizasse em um regime que não ostentava tal condição*” (CAETANO; RILLA, 2004 p. 148). Apesar da quebra da institucionalidade, verificou-se um processo de continuidade do reformismo batllista (SOUZA, 2008).

O contexto para o golpe de 1973 remonta do início da década de sessenta. Em 1965 o país passava por uma grande inflação, especulação financeira e aumento da dívida externa que acarretou em grandes mudanças políticas nas décadas seguintes. Os governantes blancos e colorados deram continuidade a uma política econômica que seguia as recomendações do FMI, aonde esse exigia a liberação do comércio exterior e a estabilidade da moeda. Ocorreram, então, grandes mobilizações sociais como demonstrações da insatisfação popular, que foram respondidas sob repressão e autoritarismo do governo. As práticas de interrogatórios e torturas começaram a ser denunciadas em algumas oportunidades neste período. Em 1967, após a morte repentina do presidente Gestido, alguns partidos de esquerda foram suspensos, medidas estas justificadas pela ligação desses partidos e movimentos à luta armada. (SAN MARTIN, 2008).

Nas eleições de 1971, notou-se um grande crescimento da esquerda nacional através da Frente Amplo, que representava a insatisfação de uma parcela da população ao atual governo. Os Colorados foram eleitos com diferença apertada de votos para o partido Nacional e as mobilizações populares persistiram durante o período. À diferença de outros países latino-americanos, em que as forças armadas tomaram os governos eleitos constitucionalmente, no Uruguai foi o próprio presidente civil, Juan María Bordaberry, eleito em 1971 quem firmou o decreto de dissolução do parlamento, finalizando, em 27 de junho de 1973, o processo de Golpe de Estado e, com o apoio das forças armadas, se converteu em ditador (SAN MARTIN, 2008 p. 191). Entretanto, em 1976, frente a uma crise política, os militares destituíram Bordaberry da presidência e assumiram o poder do país.

Para Enrique Padrós “*a interrupção democrática foi a conclusão de uma escalada autoritária que resultava da decomposição de um sistema político que não encontrava soluções diante da pressão por mudanças e reivindicadas pelos setores populares*” (PADRÓS, 2013 p. 83). Em novembro de 1973 o governo suspendeu a atividade de todos os partidos políticos, tornando ilegais os partidos de esquerda, anulou-se o Estado de Direito, sendo o próprio Estado agente de terror sobre a população. A modalidade repressiva que caracterizou o regime uruguaio foi o

encarceramento massivo e prolongado e a tortura transformou-se em prática de rotina.

Em agosto de 1977 as forças armadas anunciaram sua vontade de realizar uma reforma constitucional que legitimasse as modificações que vinham realizando através dos atos institucionais. Assim, houve um plebiscito em 1980, e, apesar do contexto repressivo e desigual em que se realizou a discussão no país, o resultado do plebiscito foi favorável para o “NO” com 57,9% dos votos. Assim, em 1982 foi aprovado pelo Conselho do Estado a *Ley de Estatuto de los Partidos Políticos* que autorizava o funcionamento dos Partidos Colorado, Nacional e União Cívica, neste mesmo ano havia sido anulada a participação da esquerda, que regressou em 1984. (SAN MARTIN, 2008 p. 204-208)

3.2.3 Transição democrática e Neoliberalismo

Houve uma primeira rodada de negociação entre os militares e os partidos políticos então habilitados, no entanto, em seguida os partidos abandonaram as negociações, pois os militares tentavam acordos sobre as propostas que já haviam sido negadas no plebiscito e acreditavam que era inadmissível seguir negociando enquanto que o governo seguia mantendo práticas de repressão. Novos movimentos sociais e os já conhecidos movimentos sindicais desempenharam importante papel na atividade de resistência ditadura. Em 1983 uma aliança entre os partidos tradicionais e a esquerda ainda ilegalizada, conhecida como *La Intersectorial*, chamou um ato que reuniu multidões em volta ao Obelisco de Montevideú. Uma nova rodada de negociações começou a ser feitas e junto aos militares e conseguiram obter varias condições tidas como prioritárias como a libertação dos presos e o retorno da democracia. Assim, novas eleições foram marcadas para o ano seguinte e, conseqüentemente, o início da transição de volta à Democracia (DEPARTAMENTO DE HISTORIA DEL URUGUAY, 2008).

A experiência de neoliberalismo no país teve início ainda na década de 60, entretanto, foi nos anos 90 que essas se deram de maneira mais forte e significativa. Com a redemocratização do país em 1985, os governos Colorados e Nacional impulsionaram um conjunto de reformas que afetaram o vínculo do país com o exterior (como a reforma comercial e a abertura econômica liberal), relações políticas, regras institucionais (com a reforma da constituição em 1996) e um redimensionamento social através da desregulamentação dos mercados de trabalho, seguridade social, reformas educativas. Dessa forma, o marco conceitual do Estado Mínimo, com influências neoliberais, tentaram reconfigurar as funções dos campos econômico e social. Esse modelo estava conectado com o lançado pelo Consenso de Washington, que por sua vez, propunha abandonar o modelo de intervencionismo e protecionismo estatal por políticas de econômica liberal e privatizadora (DEPARTAMENTO DE HISTORIA DEL URUGUAY, 2008).

O Estado aderiu a tais medidas sob o pretexto de uma inviabilidade financeira e má gestão pública. Além disso, diminuiu e deixou de cumprir os fins sociais antes realizados (o que, ao contrário do proposto, não deixou de aumentar o gasto público). Dessa forma, o cenário econômico uruguaio seguiu uma mesma lógica desde a década de 80 até início dos anos 2000. Essa nova fase teve início em 1982 com a moratória mexicana e estendeu-se até 2002 com a crise argentina, ambas as situações aonde tais países não conseguiram cumprir com o pagamento de suas dívidas frente aos organismos internacionais de crédito. A economia viveu, dessa forma, um período de instabilidade, conectada a fases anteriores de curto crescimento e acompanhada de recorrentes crises, devido, principalmente, a estrutura econômica de mercado reduzido e dependente das exportações que o país apresentava (DEPARTAMENTO DE HISTORIA DEL URUGUAY, 2008).

As reformas estruturais foram o tema principal do período. Os procedimentos para dar início a tais reformas no âmbito da economia foram basicamente três: programa de privatização de bens e serviços; a integração regional e uma política de fixação do câmbio. No ramo das privatizações, o efeito negativo das privatizações argentinas acabou por desestimular uma privatização completa da economia uruguaia. Já quanto à questão cambial, essa política acabou por prejudicar fortemente o setor industrial e agropecuário. Por outro lado, a crise de 2002 desvalorizou o peso frente à moeda americana, o que também acabou atingido os principais setores da economia. Soma-se a isso a ausência do apoio estatal, voltado para as normas do Consenso de Washington. Frente a isso, ocorreu uma profunda crise que acarretou no processo de desindustrialização do país. Produtos nacionais foram substituídos por importados, aumentando o desemprego e gerando uma redução do poder aquisitivo da população, bem como a redução do mercado, que já era por si só pequeno. Embora o setor de produção pecuária tenha tido um crescimento nos anos 90, encontrou barreiras protecionistas nos outros países (DEPARTAMENTO DE HISTORIA DEL URUGUAY, 2008).

Dessa forma, pode-se dizer que as políticas de reformas estruturais tiveram resultados debilitados no que diz respeito a salários e taxas de desemprego. Como consequência se notou o aumento das diferenças entre ricos e pobres. Destarte, o custo financeiro das reformas foi pago pelo aumento da dívida externa, na conjuntura de empréstimos. Em suma, as reformas seguiram as linhas gerais estipuladas por organismos internacionais e os parâmetros formulados por instituições financeiras como o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) e o FMI, que financiaram tais medidas. *“A incidência desses organismos na planificação das políticas públicas estatais deram a esse processo uma característica tecnocrática, condicionada pelas “exigências do mercado” e funcionais à ordem vigente, sem reparar na necessidade de uma ampla participação dos distintos setores da sociedade em sua elaboração”* (DEPARTAMENTO DE HISTORIA DEL URUGUAY, 2008, p. 234, tradução nossa).

3.2.4 Governos Presidenciais (1985 – 2007)

Julio María Sanguinetti, membro do Partido Colorado (1985 – 1990), assumiu a presidência do país em março de 1985 sob um governo de exaltação, mediante um acordo com o partido Nacional. Esse novo governo esteve envolvido em superar a crise econômica que assolava o país desde 1982. Ainda no mês de março, o governo decretou um aumento de salários e instituiu que esses seguiriam sendo discutidos ao longo do tempo, sob uma negociação tripartida entre empresários, trabalhadores e Estado através do Conselho Superior de Salários. Entretanto, apesar desses acordos, o primeiro ano de governo transcorreu sob um clima de intensas mobilizações, com paralisações, greves por tempos indeterminadas e apoiadas pela central sindical (DEPARTAMENTO DE HISTORIA DEL URUGUAY, 2008).

Na década de 90 o Partido Nacional subiu ao poder com o presidente Luis Alberto Lacalle (1990 – 1995), ano esse em que Tabaré Vazquez, pela Frente Ampla, ganha as eleições para a Intendência de Montevideú. O governo Nacional fez acordos com o Partido Colorado e outros setores do partido Nacional. Tal parceria permitiu levar em frente políticas de corte liberal, entre elas, a forte abertura econômica do país ao exterior, bem como projetos de privatização de várias empresas estatais e a reforma da seguridade social. Contudo, o apoio dos colorados foi rachando ao longo do tempo. Nesse período as negociações coletivas tomaram um rumo diferente, como o cancelamento das convocações do Conselho de Salários em 1992, saindo o Estado do âmbito das negociações. Tal ação teve como motivo a política de liberalização econômica que previa as privatizações dos serviços públicos, desregulamentação das leis trabalhistas e abertura comercial. Assim, a aspiração empresarial que acreditava que os direitos trabalhistas eram um fator que afetava a competitividade da indústria nacional frente aos demais países, foi contemplada e mantida nos governos seguintes. Tal situação somente voltou à pauta no governo de Tabaré Vázquez, em 2005, aonde foi instalada uma mesa de negociações. Ainda durante o governo dos nacionalistas, houve o início de uma redução dos funcionários públicos além e uma primeira tentativa na reforma da seguridade social que não obteve êxito. (DEPARTAMENTO DE HISTORIA DEL URUGUAY, 2008).

Quanto às reformas liberais, aprovou a *Ley de Puertos* que implementou a participação de empresas privadas nos serviços portuários, restringindo o trabalho da Administração Nacional de Portos. Também aprovou a *Ley de Empresas Públicas*, que abria a possibilidade de transferência total ou parcial do setor privado de serviços e/ou atividades públicas. Essa lei gerou forte oposição nos setores de esquerda que conseguiram referendá-la e cancelá-la devido a margem de 71,6% de votos contrários a ela (DEPARTAMENTO DE HISTORIA DEL URUGUAY, 2008).

Nas eleições de 1994 houve uma nova troca de partidos no governo nacional, retornando ao poder Julio María Sanguinetti (1995 – 2000). Nesse momento optou-se por um governo de coalizão em parceria com o Partido Nacional. Assim, seguindo com a política instaurada no governo anterior, Sanguinetti manteve a diminuição do funcionalismo público, tendo esse reduzido em cerca de 23% entre 1995 e 1999. A seguridade social foi alterada para um regime misto: parte estatal, parte privado. Mesmo com os esforços da esquerda através da Frente Ampla em tentar referendar a legislação proposta, mas não obteve apoio suficiente para isso (DEPARTAMENTO DE HISTORIA DEL URUGUAY, 2008).

Em 1996, através de um plebiscito, os uruguaios conseguiram reformar o sistema eleitoral, aprovando tal proposta com uma margem apertada de votos (50,5%). Entre as modificações realizadas estava a eleição para presidente da nação através de maioria absoluta com possibilidade de 2º turno, bem como candidatos únicos para presidente por partido e até três para intendente dos departamentos, proibição do acúmulo de sublemas nas eleições para deputados, entre outras medidas. Nesse governo a reforma educacional teve impulso. Vale pontuar que a crescente fragmentação social, fruto das políticas neoliberais, levaram ao aumento da pobreza e marginalidade – em meados da década de 1990, 50% de crianças em idade escolar estavam abaixo da linha da pobreza (DEPARTAMENTO DE HISTORIA DEL URUGUAY, 2008).

No ano 2000 assumiu o governo do país, eleito pelo Partido Colorado, Jorge Batlle (2000 – 2005). Por conta da reforma eleitoral de 1996, as eleições foram para o segundo turno em uma disputa com o frenteamplista Tabaré Vázquez. Com escasso apoio, o governo colorado formou uma coligação de governo muito instável integrada por nacionalistas e colorados. Seu governo enfrentou a maior crise econômico-financeira da história do país, iniciada em 2002, cujos efeitos estenderam-se pelos anos posteriores. Introduziu pautas de mercado com a finalidade de desmonopolizar e liberalizar serviços públicos, autorizando o setor privado a atuar como gestor ou proprietário de algumas empresas até então estatais. Reduziu algumas atividades de caráter empresarial, até então de responsabilidade do Estado, para o funcionamento das mesmas em mãos do capital privado. Um exemplo claro foi a transformação da ANPAC (empresa estatal de combustíveis) em empresa mista, reservando ao Estado somente o poder de decisão, entretanto, a lei que autorizou tal remodelação foi anulada em 2003, frente a fortes questionamentos da oposição (DEPARTAMENTO DE HISTORIA DEL URUGUAY, 2008).

Finalmente, no pleito de 2004 a esquerda chega ao poder através da Frente Ampla com 50,45% dos votos sem necessidade de segundo turno. Com a eleição de Tabaré Vázquez (2005 – 2010), foi a primeira vez que um partido não tradicional chega a presidência uruguaia e, além disso, ainda obtêm maioria no parlamento. Nos primeiros anos do seu governo desenvolveu uma série de

inovações. Dentre elas, a criação do Ministério de Desenvolvimento Social, que trouxe programas como Plano de Atenção Nacional e Emergência Social, que consistia em um Programa de Transferências Condicionadas, destinado aos lares mais pobres do país. Também criou a Agência de Investigação e Inovação, além de ter implantado uma reforma tributária. Na área da educação ocorreu o lançamento do chamado Plano Ceibal (um laptop por aluno da escola pública) em parceria com a UNESCO, um chamado para debater nacionalmente a reforma da *Ley de Educación* e um aumento no orçamento da educação. Na saúde, houve a reforma do setor, criando um Sistema Nacional Integrado de Saúde (GARCE, 2010; 2011). Nas relações internacionais, houve uma aproximação com os Estados Unidos, já iniciada no governo anterior e certo distanciamento do MERCOSUL, visto que seu governo buscou parcerias bilaterais com outros países.

A reforma do Estado visava uma reestruturação a nível gerencial, como, por exemplo, a redefinição das funções dos funcionários públicos e a elaboração de uma política de recursos humanos pautada na meritocracia. Além de uma maior participação dos cidadãos e uma descentralização de recursos do Estado feitos por mudanças institucionais e incorporando tecnologia à gestão pública (CHASQUETTI, 2007). Já no que tange a política econômica, essa muito pouco se diferenciou dos governos anteriores. Segundo o balanço feito por Chasquetti (2007), o ano de 2007 foi um ano positivo para o Uruguai. O PIB manteve um crescimento, chegando a 7,4% e a inflação manteve-se controlada, as exportações subiram e o desemprego teve uma queda de 8,2%. As famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza seguiram diminuindo. Ainda em 2007, o general e ex-ditador, Gregório Álvarez, um dos responsáveis pelo golpe militar de 1973, foi processado por crimes durante a ditadura militar. Muitos estudiosos acreditam que tal processo teve andamento devido ao governo da Frente Amplio. (CHASQUETTI, 2007).

Assim, os primeiros anos do governo de Tabaré Vázquez foram marcados principalmente por reformas e melhorias sociais, bem como conseguiu manter êxito no campo econômico do país. Por outro lado, algumas reformas, como da saúde e tributária, não foram muito bem aceitas por um setor de classe média urbana da sociedade, assim como a reforma de Estado e educação provocou certa resistência dos sindicatos estatais. Lanzaro (2013) é mais otimista no balanço do governo, e destaca que

tuvo un alto coeficiente de poder y fue titular de un gobierno mayoritario, de uno solo partido (...). La performance del gobierno estuvo acorde con la magnitud de sus recursos de poder y en ancas de una notable bonanza económica, aprobo un conjunto de disposiciones que delinean una agenda social democrata relevante. Las innovaciones fueron significativas y ello coloca a Uruguay como ejemplo de punta, tanto por las políticas adoptadas, como por la institucionalización que las encuadra”. (LANZARO, 2013, p. 264).

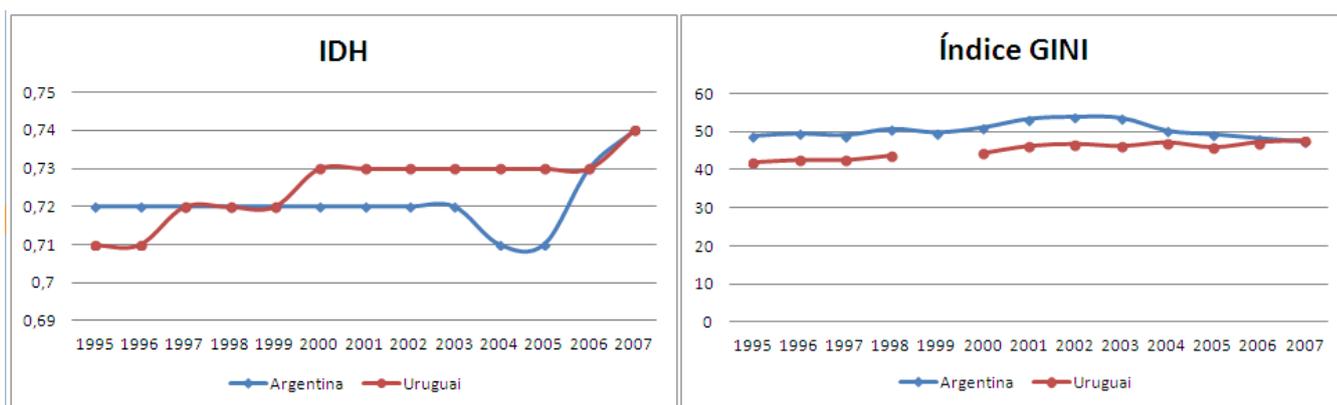
Findo o contexto histórico, podemos destacar que ao longo do período, o Uruguai viveu uma ruptura institucional de regime, e dois golpes civis. Entretanto, ao longo dos anos, construiu uma democracia mais sólida do que a Argentina. Outro aspecto é o chamado “bipartidarismo”, visto que durante a maior parte das décadas, os partidos tidos como tradicionais governaram o país. Tal cenário mudou após a reforma constitucional que ditou novas regras para as eleições presidenciais no país e possibilitou a chegada de um terceiro grupo ao poder através da Frente Ampla.

4. FATORES INSTITUCIONAIS E DE CULTURA POLÍTICA: UMA ANÁLISE COMPARADA

Nesse capítulo, inicialmente será feita a análise de alguns dados econômicos e sociais, e posteriormente dados de cultura política, referentes ao período de 1995 a 2007. Os dados econômicos e sociais utilizados nesse trabalho foram disponibilizados por organizações como o PNUD, o Banco Mundial e a CEPAL, e são eles: IDH, que mede o índice de desenvolvimento humano de um determinado grupo, sendo um dado complementar ao PIB *per capita*; o Coeficiente GINI que mede o nível de desigualdade de distribuição de renda; o PIB *per capita*, que mede a riqueza de um país dividida por seus habitantes; a taxa de desemprego e a taxa de inflação. Tais dados foram selecionados por demonstrarem o panorama socioeconômico em que a sociedade se encontrava no período analisado.

No quadro 1, serão analisados o IDH e o coeficiente GINI que são indicadores usados respectivamente para indicar o desenvolvimento humano e o grau de desigualdade. Já o PIB *per capita*, que será analisado no Quadro 2, sinaliza a riqueza de uma região dividida por seus habitantes. Dessa forma, observando os dados dos quadros abaixo, podemos identificar que o IDH de ambos os países é praticamente o mesmo, visto que a escala varia de 0-1. A Argentina manteve-se estável na maior parte do período, apresentando uma leve queda em 2004, mas recuperando-se dela em 2006, inclusive com crescimento. Já o Uruguai apresentou crescimento, mas com valores quase iguais aos da Argentina. Já quanto ao coeficiente GINI, ambos os países apresentam praticamente a mesma.

QUADRO 1: IDH e Coeficiente GINI²¹



Fonte: PNUD²² (1995-2007) e Banco Mundial²³ (1995-2007)

No contraponto (Quadro 2), apresenta-se o PIB *per capita*, podemos identificar que a

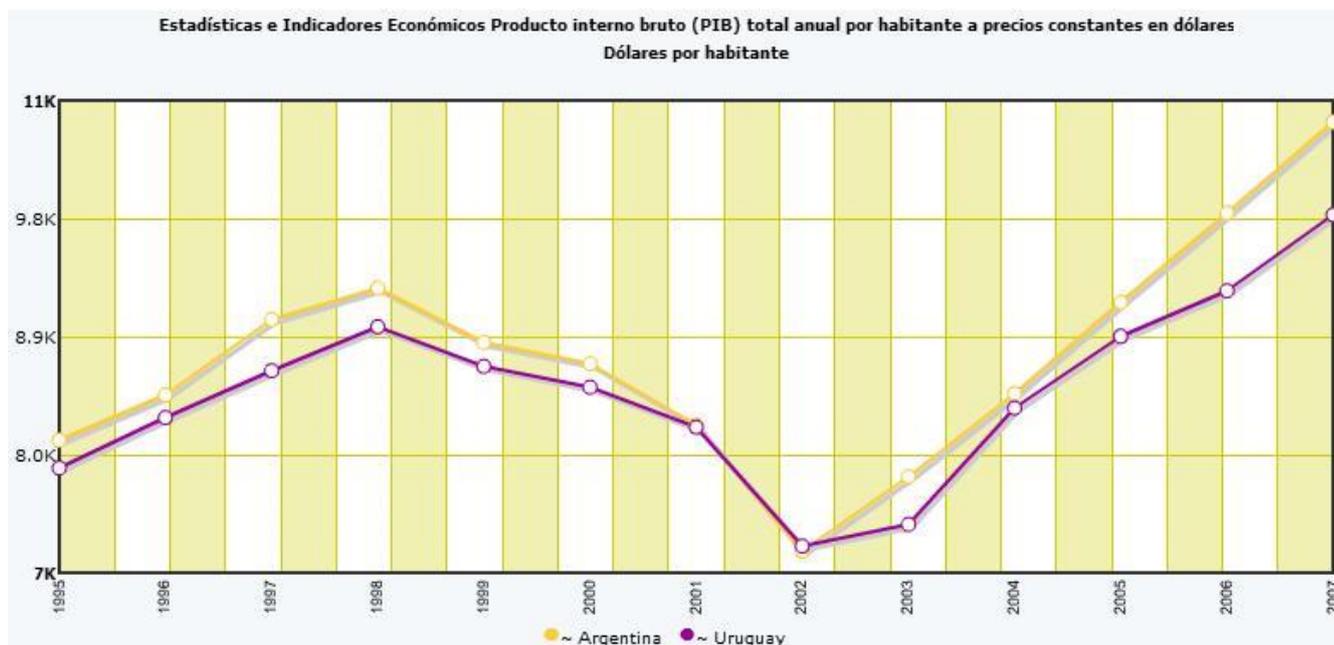
²¹ Dado referente a 2009 não disponível. .

²² <http://hdr.undp.org/en/data-explorer>

²³ <http://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI/countries/1W?display=default>

variação entre os dois países é praticamente a mesma. Tanto nos ascensos quanto nos descensos. Podemos notar que desde 1998, período em que o país adotava uma economia neoliberal, a taxa começa a cair, chegando ao seu ponto mínimo em 2002, ano seguinte à crise argentina, que, conforme é mostrado aqui, atingiu ambos os países com a mesma intensidade no que tange ao Produto Interno Bruto anual *per capita*. A partir de então, a taxa se mantém em elevação constante até o final do período.

QUADRO 2: PIB anual *per capita* (1995-2007)



Fonte: CEPAL, 1995-2007.

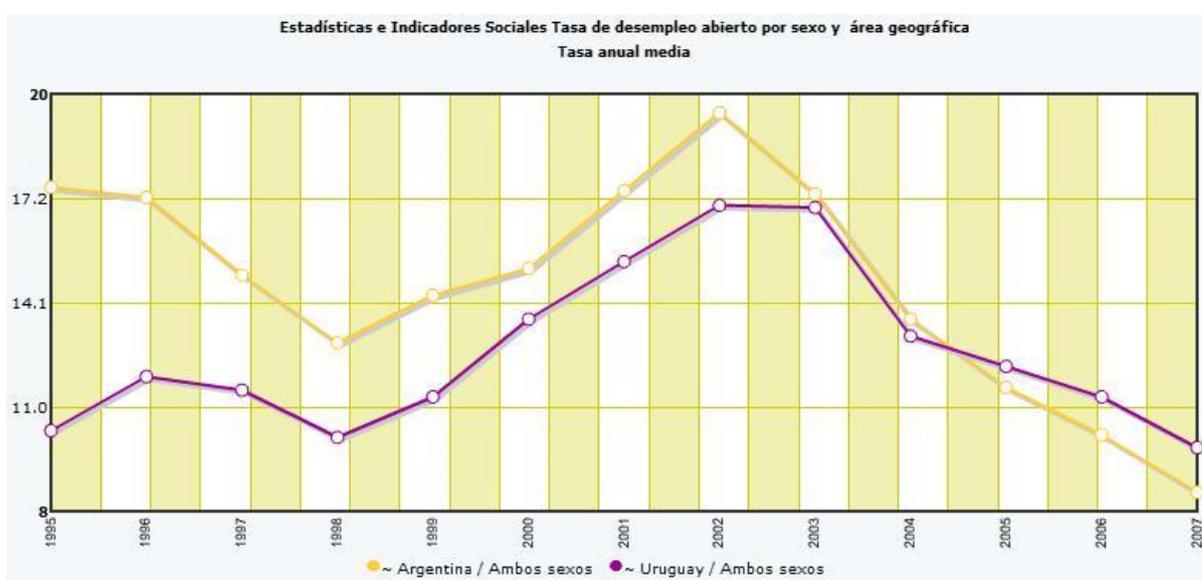
A taxa de desemprego, conforme indicado no Quadro 3, reflete a taxa do PIB *per capita*. A partir de 1996 tem um momento de queda, acompanhada da alta do PIB. Em 1998 o cenário muda e, enquanto o desemprego cresce, o PIB cai. Como consequência, em 2002 tem um pico na taxa de desemprego dos dois países, embora na Argentina ele seja um pouco maior. A partir de 2003 ela começa novamente a diminuir progressivamente, juntamente com a alta do PIB. Tal análise foi escolhida para mostrar a influência de uma econômica em crise na vida da população. Por fim, no Quadro 10, trazemos a variação da inflação no período. O Uruguai vinha de um período de alta inflação desde 1995. A partir de 1999, essa se equipara com a taxa argentina, mantendo-se praticamente estáveis. Entretanto, a partir de 2001 a inflação começa a crescer, atinge um pico em 2002 na Argentina e em 2003 no Uruguai. Em seguida entram num decréscimo e praticamente se estabilizam a partir de 2005.

Dessa forma, podemos ver que os dados econômicos e sociais de ambos os países, praticamente se equiparam e variam na mesma intensidade durante todo o período, inclusive nas pequenas crises econômicas citadas no contexto histórico, quanto na grande crise de 2001/2002, o

que significa que as crises atingiram igualmente ambos os países. Entretanto, os dados de cultura política são variáveis nesses países, conforme a análise feita acima.

No quadro abaixo podemos identificar que a taxa de desemprego em ambos os países, a partir de 1996 praticamente oscilaram juntas. Tiveram um declínio até 1998, mas como reflexo das políticas neoliberais adotadas, a taxa começou a subir, atingido seu pico em 2002, ano posterior a crise. Na Argentina ela começa a diminuir já em 2003, sendo que no ano de 2004 tem uma maior queda, mesmo ano esse em que esse nível começa a cair também no Uruguai. Desde então a tendência com o passar dos anos restantes foi diminuir.

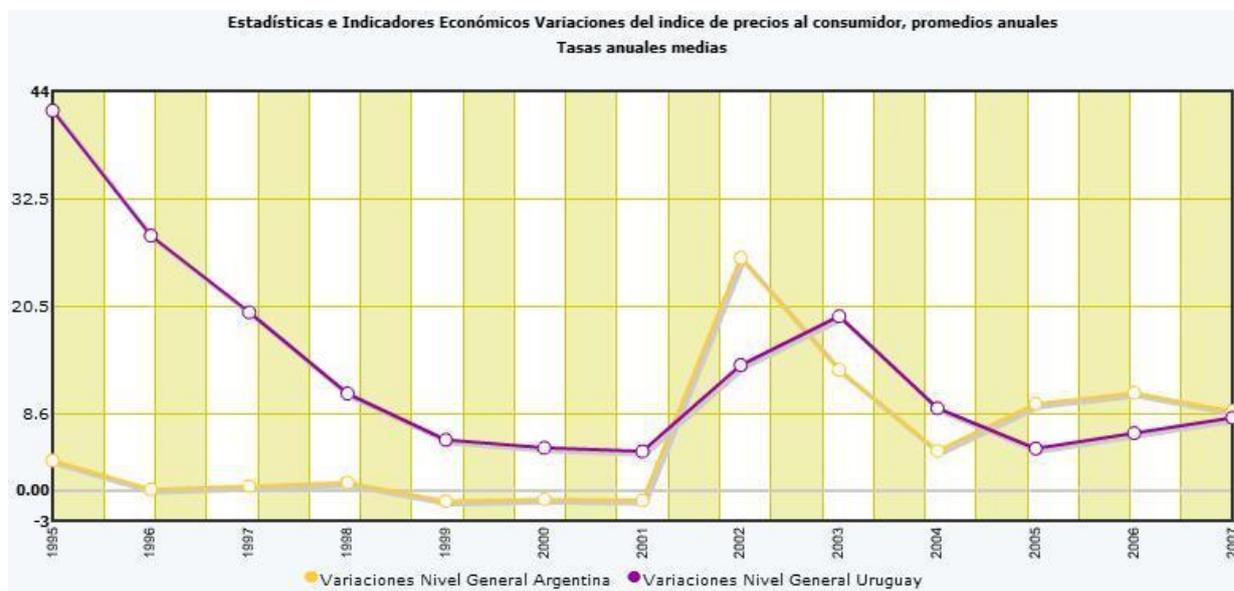
QUADRO 3: Taxa de Desemprego (1995-2007)



Fonte: CEPAL, 1995-2007.

Já no Quadro 4, podemos observar o índice inflacionário desses países. Aqui, até 1999 eles apresentaram dinâmicas diferentes, enquanto que no Uruguai a inflação veio sofrendo quedas consecutivas, devido ao alto nível dos anos anteriores, na Argentina até esse período a inflação vinha sendo controlada. Entretanto, na virada de 2001 para 2002 esse cenário muda. Em 2002, devido a grave crise econômica vivida pela Argentina, a inflação dispara, atingindo seu maior pico, já no Uruguai, há um reflexo dessa crise, apresentando uma alta, entretanto, apenas em 2003 seu nível chega a níveis tão altos como do ano de 1997. Nos anos seguintes, a Argentina apresenta o menor índice desde a crise em 2004, enquanto que no Uruguai esse é atingido em 2005. No período posterior, ambos os países apresentam um aumento, mas de forma mais sucinta e gradual, que fica longe dos índices dos anos de 2002 e 2003.

QUADRO 4: Taxa de inflação (1995-2007)



Fonte: CEPAL, 1995-2007

Dessa forma, podemos notar que em ambos os países a crise econômica foi intensa não por coincidência. Segundo Wesley Marshall (2013)

la crisis uruguaya estaba íntimamente condicionada por la crisis argentina. Durante los noventa, la economía de Uruguay seguía una trayectoria similar a la de Argentina. Aunque en Uruguay nunca se aplicaron medidas tan drásticas como la convertibilidad y las privatizaciones sistemáticas, sí se adoptaron políticas macroeconómicas restrictivas, las cuales igualmente provocaron una fuerte desaceleración económica a finales de la década. (MARSHALL, 2013, p. 45).

A crise uruguaia é tão conectada à argentina, que suas oscilações ocorreram paralelamente, ou, em dados como da inflação, essa ainda levou um ano para atingir o primeiro país de forma mais forte. Dessa forma, em termos econômicos, os dois países viveram a crise quase que na mesma intensidade. Disposto esse balanço, agora é necessária a análise dos dados referentes à cultura política do período de 1995 a 2007, para podermos, então, levantar uma conclusão do estudo proposto. Esses dados foram disponibilizados pelo Barômetro das Américas, o Latinobarômetro. Os dados do ano de 1999 não serão analisados, pois nesse ano não foi realizada a pesquisa. Dessa forma, serão trabalhados seis indicadores de cultura política, por se acreditar que são os mais pertinentes para a análise desse trabalho. Portanto, os dados abordados serão os seguintes: apoio à democracia, satisfação com a democracia, aprovação do governo do Presidente, confiança no governo, confiança no Congresso e confiança nos Partidos Políticos.

Nessa primeira verificação, podemos notar que em média, o Uruguai tem um apoio maior à democracia, tendo os seus índices acima de 75% durante o período, e apresentando uma média alta de (79%). Mesmo em 2002, ano seguinte à crise Argentina, que também atingiu o país, os uruguaios seguiram com um alto índice de apoio ao regime democrático (77%).

Já na Argentina, observa-se uma considerável queda em 2001 (58%) e 2002 (65%), anos esse em que o país passou por uma série crise política e econômica, o que demonstrou uma queda no apoio ao regime. Nos anos seguintes, essa taxa se estabiliza na faixa dos 60%, com exceção do ano de 2006 (73%).

QUADRO 5: Apoio à democracia²⁴ (%)

Argentina													
	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Média
A democracia é preferível.	76	71	75	73	70	58	65	69	64	66	73	63	69
Uruguai													
	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Média
A democracia é preferível.	80	80	86	80	83	79	77	78	78	77	76	75	79

Fonte: Latinobarômetro, 1995 – 2007

Já no que tange à satisfação com a democracia, temos uma distinção entre os países. Em média os uruguaios estão satisfeitos com a democracia (69%), embora o nível de satisfação seja inferior ao nível de apoio. Já na Argentina, a média indica que a população não está satisfeita (63%), embora apoiem o regime, como vimos anteriormente. Nos anos que circundaram a crise de 2001, o apoio teve uma brutal queda de 25 pontos percentuais entre o ano 2000 e 2001 e uma nova queda de 13 pontos para 2002, chegando nesse ano em apenas 8% de satisfação. Enquanto que no mesmo período no Uruguai, de 2000 para 2001, houve uma queda de 13 pontos e essa para o do ano seguinte sendo de somente 3, chegando numa margem de 54% de apoio em 2002. Isso indica que embora tivesse havido uma brusca queda, a maioria da população ainda estava satisfeita com o regime, enquanto que na Argentina essa taxa era extremamente baixa.

QUADRO 6: Satisfação com a democracia²⁵ (%)

Argentina													
	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Média
Satisfeito	53	34	42	51	46	21	8	35	35	34	50	34	37
Não satisfeito	47	66	58	49	53	79	92	66	66	66	50	66	63
Uruguai													
	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Média
Satisfeito	60	52	66	70	70	57	54	45	47	66	69	69	60
Não satisfeito	40	48	34	30	30	42	46	55	54	34	32	30	40

Fonte: Latinobarômetro, 1995 – 2007

²⁴ Pergunta: *¿Con cuál de las siguientes frases está Ud. más de acuerdo? La democracia es preferible a cualquier otra forma de gobierno; En algunas circunstancias un gobierno autoritario puede ser preferible; A la gente como uno, nos da lo mismo un régimen democrático que uno no democrático.* Desconsideramos as opções “não sabe” e “não respondeu”.

²⁵ Pergunta: *En general, ¿Diría Ud. que está muy satisfecho, más bien satisfecho, no muy satisfecho o nada satisfecho con el funcionamiento de la democracia en (país)?*.As respostas “muito satisfeito” e “alguma satisfação” estão indicadas como: “Satisfeito”; e as respostas “não muito satisfeito” e “nada satisfeito”, como: “Não satisfeito”. Além disso, desconsideramos as opções: “não sabe” e “não respondeu”.

É válido observar no caso uruguaio que o único momento em que a insatisfação foi maior que 50%, coincide com os dois anos anteriores à chegada ao poder da Frente Ampla em 2005, sendo que em 2003 (45%) e 2004 (47%) estavam satisfeitos, e na virada para 2005 o índice tem um aumento de 19 pontos percentuais passando de 47% em 2004 para 66% em 2005.

O Quadro 7 vem a corroborar com a análise anterior. Verificamos nesse caso que em 2002 a aprovação do governo argentino foi a menor da série histórica proposta. Isso se deve à crise do ano anterior, em que De la Rúa teve de renunciar devido a situação insustentável que chegou seu governo, seguido de uma sucessão de 4 presidentes dentro do mês de dezembro. Entretanto, em 2003, com a eleição de Néstor Kirchner, a aprovação do governo teve um estouro, subindo uma incrível margem de 87 pontos percentuais, chegando no auge de 92% de aprovação. Já no Uruguai nota-se a situação inversa, em 2002 a aprovação do atual governo era de 33% e essa foi diminuindo nos anos seguintes até a eleição até alcançar seu menor índice, 13% em 2004, um ano antes de Tabaré Vazquez ser eleito e pela primeira vez levou um partido não tradicional à Presidência do país, verifica-se, então, que em seu primeiro ano de governo, também houve um estouro no índice de aprovação de 70 pontos percentuais, chegando aos incríveis 83%.

QUADRO 7: Aprovação do governo do Presidente²⁶ (%)

Argentina						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Aprova	15	92	79	77	78	55
Não aprova	85	8	21	23	22	45
Uruguai						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Aprova	33	17	13	83	69	67
Não aprova	67	83	87	17	31	33

Fonte: Latinobarômetro, 2002 - 2007

Os próximos três quadros trarão as análises dos indicadores de nível de confiança da população em relação às instituições do governo, bem como em relação ao Congresso Nacional e aos Partidos Políticos.

No Quadro 8, notamos através da média, que a maioria da população de ambos os países tem pouca ou nenhuma confiança no governo. Entretanto cabem algumas observações. A Argentina vinha tendo um aumento no nível de “desconfiança”²⁷ desde 1995, chegando no ponto máximo em 2002 (94%), como reflexo da crise. Entretanto, com a eleição de Néstor Kirchner em 2003, esse quadro mudou, e o percentual de quase se equilibrou entre a população que tem confia no governo (46%) e a que não confia (54%). Na sequência houve uma estabilizando na faixa dos 40% ao longo

²⁶ Pergunta: *¿Ud. aprueba o no aprueba la gestión del gobierno que encabeza el presidente (nombre)...?* Desconsideramos a opção “não respondeu”.

²⁷ Entendemos nesse trabalho “desconfiança” como a margem que indica pouca ou nenhuma confiança.

dos três primeiros anos de governo dos que possuíam alguma ou muita confiança. No caso uruguaio também houve um aumento no índice de “desconfiança” no governo desde o início do período; entretanto, esse chegou ao seu ápice em 2004 com 84%. Já no ano de 2005, com a chegada da Frente Ampla ao poder, a porcentagem da população que tem alguma ou muita confiança no governo superou os 50% no restante da série, tendo o maior percentual (71%) no ano de 2005.

QUADRO 8: Confiança no governo²⁸ (%)

Argentina									
	1995	1996	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Média
Muita ou alguma	39	21	7	46	44	42	61	35	37
Pouca ou nenhuma	61	80	94	54	56	58	39	65	63
Uruguai									
	1995	1996	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Média
Muita ou alguma	45	37	33	21	16	71	67	57	43
Pouca ou nenhuma	54	64	67	78	83	30	33	43	57

Fonte: Latinobarômetro 1995, 1996, 2002 - 2007

No quadro seguinte (Quadro 9) podemos identificar que na Argentina o nível de confiança da população em relação ao Congresso sempre se mostrou abaixo dos 40%, sendo sua média no período de apenas 25%. Os menores índices foram registrados na época da crise, entre os anos de 2000 a 2003, com o baixo sendo de 9% apenas, no ano de 2002, o que indica que não apenas o governo não estava bem, pois o legislativo acompanhou essa tendência. Interessante notar que a partir de 2003, ano esse em que normalmente aumentou-se a confiança e aprovação do governo, o Congresso manteve um nível baixo de Confiança, na casa dos 20%. Já no caso uruguaio, até o ano de 2002, o Congresso teve um nível relativamente estável de confiança, sempre na casa dos 40%, menos da metade da população, mas esse não oscilou durante a crise. Curiosamente, no ano em que a Frente Ampla assume a Presidência, tendo sido eleita junto consigo a maioria no Congresso, a confiança da população caiu 15 pontos de 2002 (41%) para 2003 (26%). Embora tenha subido nos anos seguintes, possivelmente por conta a aprovação da série de reformas promovidas e instauradas no governo de Vázquez.

²⁸ Pergunta: “Por favor, mire esta tarjeta y dígame, para cada uno de los grupos, instituciones o personas mencionadas en la lista, ¿cuánta confianza tiene Ud. en...?. ¿Diría que tiene mucha, algo, poca o ninguna confianza en...?. Gobierno”. Aglutinamos as respostas favoráveis “muita” e “alguma” e desfavoráveis “pouca” e “nenhuma” num mesmo patamar. Desconsideramos as opções: “não sabe” e “não respondeu”.

QUADRO 9: Confiança no Congresso²⁹ (%)

Argentina													
	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Média
Muita ou alguma	39	26	35	18	30	17	9	14	21	27	26	24	24
Pouca ou nenhuma	61	74	65	81	70	83	91	85	79	73	75	76	76
Uruguai													
	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Média
Muita ou alguma	48	40	49	43	44	47	41	26	33	62	50	55	45
Pouca ou nenhuma	52	60	50	57	56	53	59	74	67	38	50	45	55

Fonte: Latinobarômetro 1995 - 2007

Por fim, conforme a análise do Quadro 10, o nível de confiança nos partidos é maior no Uruguai do que na Argentina, embora em ambos a média indica que a população tem pouca ou nenhuma confiança. Entretanto o nível de “desconfiança” é muito maior na Argentina (84%) contra 65% no Uruguai. Na Argentina, mantêm-se uma tendência como nos dados anteriores, de esse nível piorar no início do século XXI, mas posteriormente se estabiliza em um baixo nível, aonde a confiança não ultrapassa 20%. Interessante notar que no ano de Ascenso de Néstor Kirchner (2003), aonde a aprovação do governo tem um nível de 92% e a confiança nesse está na casa dos 46%, a confiança nos partidos políticos é de apenas 8%.

QUADRO 10: Confiança nos Partidos Políticos³⁰ (%)

Argentina													
	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Média
Muita ou alguma	27	18	30	17	17	13	4	8	12	18	13	14	16
Pouca ou nenhuma	73	83	70	83	83	88	96	91	87	81	87	86	84
Uruguai													
	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Média
Muita ou alguma	37	33	47	36	36	38	28	17	32	46	34	36	35
Pouca ou nenhuma	62	67	53	65	65	62	71	82	68	54	67	64	65

Fonte: Latinobarômetro 1995 - 2007

²⁹ Pergunta: “Por favor, mire esta tarjeta y dígame, para cada uno de los grupos, instituciones o personas mencionadas en la lista, ¿cuánta confianza tiene Ud. en...?. ¿Diría que tiene mucha, algo, poca o ninguna confianza en...?. Congreso”. Aglutinamos as respostas favoráveis e desfavoráveis num mesmo patamar. Desconsideramos as opções: “não sabe” e “não respondeu”.

³⁰ Pergunta: “Por favor, mire esta tarjeta y dígame, para cada uno de los grupos, instituciones o personas mencionadas en la lista, ¿cuánta confianza tiene Ud. en...?. ¿Diría que tiene mucha, algo, poca o ninguna confianza en...?. Partidos Políticos”. Aglutinamos as respostas favoráveis e desfavoráveis num mesmo patamar. Desconsideramos as opções: “não sabe” e “não respondeu”.

Já no Uruguai, que é considerado por alguns autores, como Lanzaro (2013), um país de partidos, o nível mantém-se relativamente estável até 2002 (28%) e 2003 (17%), mas recupera-se em 2004 (32%). No ano de vitória da Frente Amplo tem um aumento, chegando em 46%, mas em seguida volta para a estabilidade da casa dos 30%.

6. CONCLUSÃO

A hipótese inicial sobre estabilidade política, conforme o proposto nesse trabalho era a de que ela depende de fatores culturais. Antes de julgá-la, é necessário verificarmos algumas constatações frente a alguns pontos estudados.

Verificamos a partir dos dados, que o Uruguai, no período entre os anos de 2002 e 2003, passou por uma crise econômica diretamente relacionada e com impactos semelhantes a da Argentina. Essa análise, além de ser referida no trabalho de Marshall (2013), pode ser constatada no capítulo anterior, aonde se percebe que tanto no âmbito econômico do país, medido pelo PIB *per capita* e pela taxa de inflação, quanto no socioeconômico, embasado na taxa de desemprego e no Coeficiente GINI, além do desenvolvimento humano, indicados pelo IDH, todos esses indicadores variaram praticamente juntos ao longo de todo o período³¹. Por outro lado, diferente da Argentina, o Uruguai, mesmo com índices baixos de satisfação com a democracia, aprovação do governo nacional, e confiança nas instituições, não teve rupturas, ou seja, não passou por períodos de instabilidade política como o primeiro país. Tal momento de índices baixos foi superado através do seguimento das “regras do jogo” democrático, sem alterações de datas de eleições ou mandatos interrompidos antes do seu término – critérios esses defendidos por O’Donnell (1996) como atributos de uma Poliarquia – como ocorreu na Argentina.

Em suma, esses países viveram diferentes cenários políticos. Na área institucional, enquanto que na Argentina houve uma ruptura política, no Uruguai a estabilidade política manteve-se. Já no que tange a fatores culturais, os níveis de apoio e satisfação com a democracia, além de confiança da população nas instituições apresentou resultados distintos.

Dessa forma, ainda quanto ao caso uruguaio, se considerássemos apenas a posição minimalista, que defende os fatores econômicos e institucionais como suficiente para explicar a dinâmica das democracias, sem recorrer à cultura, não seria possível explicar tal cenário. Como também não seria sustentada a tese minimalista de que a probabilidade de sobrevivência democracia aumenta diretamente com a renda *per capita*; ora, no período de 2002, quando o PIB *per capita* uruguaio foi o menor do período, seguido de 2003, ainda assim o índice de apoio à democracia era alto (77%) e (78%), respectivamente. Da mesma forma que não seria possível explicar, através da teoria minimalista³², o fato de que a partir de 2005 a Frente Ampla elegeu Presidente da Nação e, embora não tenha elegido dois terços do Congresso, elegeu a maioria, frente a tal cenário, a partir desse ano, o Congresso passou a ter o maior índice de confiança de todo o período analisado, até o

³¹ Salvo a taxa de Inflação, que no Uruguai começou o período estudado em uma descensão, emparelhando-se com a Argentina em 1999.

³² Na teoria estudada no segundo capítulo, defendem que as democracias teriam mais chances de sobreviver quando nenhum partido controlasse mais de 2/3 das cadeiras legislativas.

final dele, inclusive pela maioria da população, visto que nos anos anteriores esse percentual nunca havia chegado em 50%.

Para o caso Argentino, podemos aplicar a constatação de González (2014) quando coloca que

os casos de renúncia ocorrem nas situações em que a pressão de um dos outros poderes ocorreu em situações em que o nível de aprovação do Presidente e o nível de satisfação com o desempenho do regime eram baixos. A alternativa de resistir no cargo não encontrava eco na população (GONZÁLEZ, 2014, p. 17).

Mesmo frente a toda crise política e econômica enfrentada, as renúncias presidenciais; as antecipações de eleições e entregas de mandato; baixo crescimento econômico e elevados índices de desemprego; o índice de apoio à democracia pelo argentino manteve-se alto, ou seja, mais da metade da população apoiava à democracia, sendo o menor índice registrado (58%) no ano de 2001. Nesse momento a Argentina teve uma sucessão de quatro presidentes no mês de dezembro, após a saída de De la Rúa, tendo antes disso passado por um semestre conturbado. Ou seja, tal índice refutaria a hipótese minimalista de que os fatores institucionais e econômicos seriam suficientes para explicar a dinâmica da democracia, visto que se dependêssemos apenas delas, possivelmente nesse período a Argentina teria passado por um novo período de ditadura, como tantos outros ocorridos ao longo de sua história frente a situações semelhantes, o que não aconteceu nem sequer foi cogitado.

O caso uruguaio pode ser sustendo no estudo de Serna (1999) aonde explica que esse país é um dos raros casos onde a democracia se implantou como um regime democrático estável e de participação ampla. Defende que nesta análise a democracia uruguaia foi resultado de um conjunto de crenças políticas transmitidas ao longo das gerações. A cultura política uruguaia seria compreendida como “*um sistema de tradições assentadas e reproduzidas através de instituições políticas democráticas liberais*”. (Serna, 1999 p. 56-58). Já Gutiérrez (2012) nos coloca em seu estudo, que a negociação e cooperação entre os partidos poderiam ser consideradas como um dos fatores que levaram à manutenção da estabilidade política e à resolução de conflitos políticos sem ameaçar a sobrevivência do sistema.

Já no caso da Argentina, como vimos em seu contexto histórico, o país sofreu frequentes rupturas no regime democrático, foram seis golpes militares ao longo de quatro décadas. Ou seja, os períodos democráticos não foram muitos, tanto que, conforme já citando anteriormente por Romero (2006), “*ninguém tinha muita fé na democracia, nem mesmo nos partidos políticos que deveriam defendê-la. Tratava-se sem dúvida de uma democracia fictícia e de pouca legitimidade*” (ROMERO, 2006, p. 157). Dessa forma, a Argentina começou a viver em uma democracia de maneira mais constante a partir de 1983, com a redemocratização. Até então, considerando o ano em que estamos 2014, são 31 anos de uma democracia mais estabilizada, contra aproximadamente um século no

Uruguai, que embora tenha tido rupturas e ditaduras, conforme analisado no contexto histórico, o período democrático foi predominante ao longo do século XX.

Dessa forma, este trabalho conclui ser válida a hipótese de que a estabilidade política depende também de fatores culturais. Ou seja, o Uruguai, ao longo de sua história democrática, e possivelmente em consequência ao longo do século XX alcançou um patamar de cultura política que permite o país enfrentar crises econômicas e baixos índices de apoio ao governo nacional, satisfação com esse ou confiança nas instituições, e mesmo assim não desencadear uma instabilidade. Enquanto que a Argentina estaria caminhando nessa direção.

REFERÊNCIAS

- ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. La cultura política. **The Civic Culture**. Princenton University Press, 1963. Disponível em: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/cpuno/asoc/profesores/lecturas/almondverba.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2014.
- BAQUERO, Marcello. A cultura política na agenda da democratização na América Latina. In: _____.(Org.). **cultura política e Democracia no Século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 13-23.
- BAQUERO, Marcello. A desconfiança como fator de instabilidade política na América Latina. In: BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique C. de O. De; GONZÁLEZ, Rodrigo S. (Orgs.). **A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. p. 13 – 29.
- INDICADORES DO BANCO MUNDIAL: Índice GINI. Disponível em <<http://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI/countries/1W?display=default>> Acesso em: 10 nov. 2014.
- CAETANO, Gerardo; RILLA, José. Los Partidos Políticos Uruguayos en el Siglo XX. In: NAHUM, Benjamín. **El Uruguay del siglo XX: La Política**. Montevideo: Banda Oriental, 2004. p. 16-64.
- CASTRO, Henrique C. de O de. Cultura política, democracia e hegemonia: uma tentativa de explicação do comportamento político não democrático. In: BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique C. de O. De; GONZÁLEZ, Rodrigo S. (Orgs.). **A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. p. 30-49.
- CALVO, Ernesto; ESCOLAR, Marcelo. **La Nueva Política de Partidos em la Argentina: Crisis Política, Realineamientos Partidarios y Reforma Electoral**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.
- CAWEN, Inês. Partidos, Elecciones y Democracia Política. In: FREGA, Ana; et al. **Historia Del Uruguay en el siglo XX [1890-2005]**. Uruguai: E.B.O.,2008.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMEÉRICA LATINA Y CARIBE: Base de Datos y Publicaciones Estadísticas. Disponível em: http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/Portada.asp. Acesso em: 10 nov. 2014
- CHASQUETTI, Daniel. Uruguay 2007: El complejo año de las reformas. **Revista de Ciência Política**, Santiago, v.28, n.1. 2008. p. 385-403.
- CHEIBUB, José. A.; LIMONGI, Fernando; PRZEWORSKI, Adam; Democracia e cultura: uma visão não culturalista. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n.58, p. 9-35. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a03n58.pdf>>. Acesso em 06 jun. 2014.
- CHERESKY, Isidoro. En nombre del pueblo y de las convicciones: posibilidades y límites del gobierno sustentado en la opinión pública. In: **Revista Posdata**, Buenos Aires, n. 9, set. 2003.
- DAHL, Robert. **La poliarquía: participación y oposición**. Madrid: Editorial Tecnos, 2009.

FREGA, Ana. La formulación de um modelo. 1980-1918. In: FREGA, Ana; et al. **Historia Del Uruguay en el siglo XX [1890-2005]**. Uruguay: E.B.O.,2008.

FREIDENBER, Flávia; SÁEZ, Manuel A. Partidos Políticos na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 137-157, 2002.

GARCÉ, Adolfo. Uruguay 2009: de Tabaré Vázquez a José Mujica. **Revista de Ciência Política**, Santiago, v.30, n.2. 2010. p. 499-535.

GARCÉ, Adolfo. Uruguay: El Frente Amplio como partido de gobierno. In: IGLESIAS, Henrique; CONDE, Rosa; PERTIERRA, Gustavo S. (Orgs.). **El momento político en América Latina**. Madrid: Colección Fundación Carolina – Siglo XXI. 2011. p. 551-577.

GONZÁLEZ, Rodrigo S. cultura política, Qualidade da Democracia e Interrupção de Mandatos Presidenciais na América Latina. In: **Anais Eletrônicos do IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**. Brasília, 4-7 ago. 2014.

GUTIÉRREZ, Pablo Valenzuela. Estabilidad presidencial y democracia em Uruguay: uma mirada a três momentos. **Revista Divergência** N° 1 ano 1, Chile, 2012. p.55-72.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira Onda: A democratização no final do século XX**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

INFORMES ANUAIS DO LATINOBARÔMETRO (1995-2007). Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp> Acesso em 15 nov. 2014.

LANZARO, Jorge. Continuidad y Cambios em una vieja democracia de partidos Uruguay (1910 – 2010). **Opinião Pública**, Campinas. v.19, n.2, nov. 2013. p. 235-269.

LAVINE, Daniel; MOLINA, José H. Calidad de la Democracia: fortalezas y debilidad en America Latina. IN: **Revista Latino Americana de Política Comparada**, v.5, jul. 2011. p. 95-123.

DOCUMENTA: ¿De La Rúa. Por qué cayó? Produção de Ramón Lejtman. Buenos Aires: Companhia de Ramos generales, 200-?. (41min) son., color. Legendado. Port.

GUTIÉRREZ, Pablo Valenzuela. Estabilidad presidencial y democracia em Uruguay: una mirada a três momentos. *Revista Divergência* N° 1 ano 1, Chile, 2012. p.55-72. Disponível em: <http://www.academia.edu/1781457/Democracia_y_estabilidad_presidencial_en_Uruguay_Una_mirada_a_tres_momentos> Acesso em 10 nov. 2013.

LINZ, J. Linz; STEPAN, Alfred. **A transição e a consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

MARSHALL, Wesley. El papel de la banca pública em lãs crisis financieras de Argentina y Uruguay. In: **Revista Problemas del Desarrollo**, México D.F., v.44, n.172, jan-mar. 2013

Mc GUIRE, James W. Partidos Políticos y Democracia em la Argentina. In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy R. **La Construcción de Instituciones Democráticas: Sistema de Partidos en América Latina**. Santiago: CIEPLAN, 1996.

MINISTERIO DEL INTERIOR Y TRANSPORTE. Asuntos Politicos y Electorales. Publicaciones. **Historia Electoral Argentina**. 2014. Disponível em: <http://www.mininterior.gov.ar/asuntos_politicos_y_aletorales/dinap/publicaciones/HistoriaElectoral>

[alArgentina.pdf](#)> Acesso em: 24 ago. 2014.

MOCCA, Edgardo. O futuro incerto dos partidos políticos argentinos. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v.19, n. 55, Set/Dez. 2005. P. 49-63.

MOISÉS, José A. cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 23 n. 66, p. 11-43, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n66/02.pdf>> Acesso em: 14 jun.2014.

_____. **Democracia e Confiança – por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. 304p.

MORLINO, Leonardo. Teoria da democratização, qualidade da democracia e pesquisa de opinião: ainda em “mesas separadas”? In: MOISES, José A. (Org.). **Democracia e Confiança – por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. p. 23 – 44.

NETO, Rodrigo B. G. Minimalismo schumpeteriano, teoria econômica da democracia e escolha racional. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, vol.19, n. 38, fev. 2011.

NOHLEN, Dieter. Instituciones y Cultura Política. In: **Biblioteca Jurídica Nacional del Instituto de Investigaciones Jurídicas de la Universidad Nacional Autónoma de México**, 2007, p.267-288. Disponível em: www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/facdermx/cont/247/art/art15.pdf Acesso em: 15 out. 2014.

O'DONNELL, Guillermo. Uma outra institucionalização: América Latina e alhures. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n.3, 1996.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence. (Orgs.). **Transições do Regime Autoritário**. São Paulo: Edições Vértice, 1988.

PLATÃO. **A república**. 2.ed. São Paulo: Escala, 2007. 373 p.

PADRÓS, Henrique. Uruguai: ditadura de segurança nacional e terror de estado. In:_____(Org.). Conesul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a história recente. Porto Alegre: Evangraf – UFRGS, 2013. p. 83-119.

PNUD: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/data-explorer>> Acesso em: 20 nov. 2014.

PRESIDENCIA DE LA NACIÓN ARGENTINA. Nuestro Pais. **Historia**. 2014. Disponível em: <<http://www.presidencia.gob.ar/nuestro-pais/historia>> Acesso em: 23 ago. 2014.

PRZEWORSKI, Adam. Ama a incerteza e serás democrático. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo n. 9, p. 36-46, jul. 1984. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/43/20080623_ama_a_incerteza.pdf> Acesso em: 13 jun. 2014

QUIROGA, Hugo. **La República Desolada: los cambios políticos de la Argentina (2001-2009)**. Buenos Aires: Edhasa, 2010.

ROMERO, Luis A. **História Contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

ROJO, Raúl H. El sistema político argentino. In: _____; TAVARES, José A. G. **Instituições Políticas Comparadas dos Países do Mercosul**. Rio de Janeiro: FGV editora, 1998.

SAN MARTIN, Magdalena Broquetas. Liberalización econômica, dictadura y resistència. 1965-1985. In: FREGA, Ana; et al. **Historia Del Uruguay en el siglo XX [1890-2005]**. Uruguai: E.B.O.,2008.

SERNA, Miguel. As maiorias silenciosas na redemocratização no Uruguai. IN: BAQUERO, M.; CASTRO, H.; GONZÁLEZ, R. (Org.). **A construção da democracia na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 1998. p. 141-162.

SERNA, Miguel. Rupturas e fissuras na cultura política democrática uruguaia. IN: BAQUERO, M. (Org.). **Desafios da democratização na América Latina**, Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 47-72.

SOLARI, Aldo, Uruguay, **Partidos Políticos y Sistema Electoral**. Montevideo: Fondo de Cultura Universitaria, 1991.

SOUZA, Marcos Alves de.: O reformismo uruguaio sob a égide do “batllismo” na primeira metade do século XX. In: III **ENCONTRO DA ANPHLAC**, 1998, São Paulo. **Anais Eletrônico**. Disponível em: <<http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/marcos.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. 3.ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 3. Ed.,1987